



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ALOMORFIAS DO CRISTIANISMO PRIMITIVO:
DO DECESSO DE JESUS AO CONCÍLIO DE ÉFESO (séc. I a V D.C)**

PEDRO REGNOBERTO ALVES DE ANDRADE

CAJAZEIRAS-PB
2024

PEDRO REGNOBERTO ALVES DE ANDRADE

**ALOMORFIAS DO CRISTIANISMO PRIMITIVO:
DO DECESSO DE JESUS AO CONCÍLIO DE ÉFESO (séc. I a V D.C)**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
do Curso de Licenciatura em História
da Unidade Acadêmica de Ciências
Sociais, do Centro de Formação de
Professores, da Universidade Federal
de Campina Grande, campus
Cajazeiras, requisito para obtenção do
título de licenciado em História.
Orientadora: Prof.a Dra. Ana Lunara da
Silva Morais.

CAJAZEIRAS- PB
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

A553a Andrade, Pedro Regnoberto Alves de.
Alomorfias do cristianismo primitivo: do decesso de Jesus ao concílio de Éfeso (séc. I a V D C.) / Pedro Regnoberto Alves de Andrade. – Cajazeiras, 2024.
72f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais.
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.

1. Cristianismo. 2. Alomorfias teológicas. 3. Tradição pagã. 4. Perseguição. 5. Cultura helênica. 6. Império Romano. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 27-31

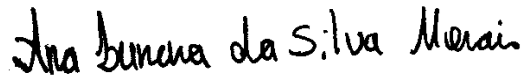
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

PEDRO REGNOBERTO ALVES DE ANDRADE

**ALOMORFIAS DO CRISTIANISMO PRIMITIVO:
DO DECESSO DE JESUS AO CONCÍLIO DE ÉFESO (séc. I a V D.C)**

Aprovado em 26 de novembro de 2024

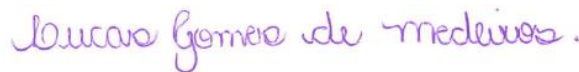
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.a Dra. Ana Lunara da Silva Morais
UFCG (orientadora e presidente da banca)



Profa. Dra. Janaína Valéria Pinto Camilo
UFCG (Examinadora interna)



Prof. Dr. Lucas Gomes de Medeiros
UFCG (Examinador)

**Cajazeiras-PB
26 de novembro de 2024**

“[...] mais vale o dia da morte que o dia do nascimento.”
Eclesiastes 7:01

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos, que considero as minhas "Joias do Infinito", brilhantes, cada um a seu modo, guardo com carinho nossa amizade. Sabeis que eu vos amo. Vocês me lembram das palavras do Livro de Provérbios: "Em todo o tempo ama o amigo, e na angústia nasce o irmão" (Provérbios 17:17). Cada um de vocês foi luz em momentos sombrios, mostrando-se verdadeiras bênçãos em minha vida. Como nos ensina o Pequeno Príncipe, "tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas," e vocês se tornaram essenciais, ocupando um lugar especial e único em meu coração, são para mim únicos são minhas rosas. A profundidade das nossas amizades é o que me mantém firme e me lembra que "há amigos mais chegados que um irmão" (Provérbios 18:24).

Meus irmãos amados, que são como um porto seguro, meu profundo agradecimento pela presença e apoio constantes. Vocês são meu norte, meu refúgio, sempre presentes em minha jornada.

À minha turma do Alda Ferrer, meus amigos de infância para a vida, cada um de vocês é um capítulo especial na história da minha caminhada.

À minha mãe, Maria Luiza, minha rainha, cujo amor e devoção se igualam à majestade de Nefertari, rainha do Egito. A ti, minha princesa, rica em louvores, soberana da graça, doce no amor, senhora das duas terras, agradeço profundamente por teu exemplo de força, generosidade e beleza. Como Nefertari, tu és "aquela cujas palavras dão plenitude," e por isso, cada dia ao teu lado é uma bênção, um ensinamento. Sem seu apoio eu não existiria.

Ao meu pai, que, mesmo não estando mais presente fisicamente, continua sendo uma força importante em minha vida, sou grato por cada valor e aprendizado que ele me proporcionou e que ajudaram a formar o que sou hoje.

À minha irmã, a amada, minha companheira, e à minha avó, que foi a mulher mais doce e incrível que já conheci, cuja partida no meio da minha graduação deixou uma saudade imensa. Ambas para mim mais valiosas que todas as estrelas do firmamento, marcas indeléveis de amor e coragem.

A todos que foram à luz em tempos sombrios, aos professores e colegas da Universidade Federal de Campina, do período 2020.1, deixo meu sincero: "Valeu, bombons!" Que cada um de nós continue a trilhar seus caminhos com a mesma força e perseverança que nos trouxe até aqui.

A minha orientadora, Ana Lunara, obrigado por acreditar, por ser paciente, e por ser uma professora e pessoa extraordinariamente brilhante.

Acima de tudo, minha mais profunda e sincera gratidão é a Jeová Deus, que criou todas essas pessoas mais que especiais. Deus cuja presença constante, amor e misericórdia foram minha verdadeira força e inspiração ao longo desta jornada. "Porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas; a Ele seja a glória para sempre" (Romanos 11:36). Sem seu cuidado e orientação, nada seria possível.

Jah é "meu refúgio e minha fortaleza, o meu Deus, em quem confio" (Salmo 91:2). Nos momentos de dúvida e de cansaço, Suas palavras foram o alento que renovou minhas forças, e Seu Espírito foi a lâmpada que guiou meus passos. "Porque Ele dá sabedoria; da Sua boca procedem o conhecimento e o entendimento" (Provérbios 2:6), e é a Ele que devo cada conquista e aprendizado desta caminhada. A Ti, Jeová, minha gratidão eterna.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo aduzir de que maneira a cultura helênica (séc. III e II a.C), e ulteriormente, as tradições romanas do século I foram sustentaculares no lídimio e nas transformações da doutrina cristã, que culminaram com a institucionalização do Cristianismo como religião oficial do Império Romano em 313 d.C. Ao analisarmos o contexto histórico e social da parte asiática dos domínios Romanos, principalmente da Judeia e Galileia – por meio do registro documental dos evangelhos e dos padres apostólicos, além do diálogo com Veyne (2010) –, descortinamos a alteridade entre as práticas difundidas pelos primeiros apóstolos de Jesus e as que estavam difundidas no quinto século. Também se analisa os motivos para a adoção dessas práticas e se estas foram basilares na institucionalização da religião cristã imperial. Priorizar-se-ão na pesquisa os dogmas e tradições que são explicitamente da cultura, filosofia e religiosidade de gregos e romanos que foram adotadas pelos seguidores do Cristianismo do primeiro século até o Concílio de Éfeso em 431 d.C.

Palavras-chave: cristianismo; perseguição; oficialização; transformações; Império Romano.

ABSTRACT

This monograph aims to demonstrate how Hellenic culture (3rd and 2nd centuries BC) and later Roman traditions from the 1st century were instrumental in the development and transformation of Christian doctrine, which culminated in the institutionalisation of Christianity as the official religion of the Roman Empire in 313 AD. By analyzing the historical and social context of the Asian part of the Roman domains, mainly Judea and Galilee – through the documentary record of the gospels and the apostolic fathers, in addition to the dialogue with Veyne (2010) –, we can reveal the difference between the practices disseminated by the first apostles of Jesus and those that were widespread in the fifth century. It also analyses the reasons for adopting these practices and whether they were fundamental to the institutionalisation of the imperial Christian religion. The research will prioritise dogmas and traditions that are explicitly from the culture, philosophy and religiosity of the Greeks and Romans and that were adopted by the followers of Christianity from the first century until the Council of Ephesus in 431 AD.

Keywords: Christianity; persecution; officialisation; transformations; Roman Empire.

ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: O *Codex Sinaiticus* séc IV D.C

Figura 2: Mapa Decápolis

Figura 3: Zodíaco na Sinagoga

Figura 4: As viagens missionárias de Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. CAPÍTULO 1: A GÊNESE DO CRISTIANISMO.....	22
1.1 A JUDÉIA HERODIANA A ESPERA DO MESSIAS.....	22
1.2 NASCE UM MESSIAS.....	27
1.3 CONTINUA A DIVULGAÇÃO DO EVANGELHO.....	32
2. CAPÍTULO 2: PERSEGUIÇÃO E OFICIALIZAÇÃO.....	35
2.1 PERSEGUIDOS PELOS JUDEUS.....	35
2.2 ADOÇÃO DA FÉ PELO IMPÉRIO.....	45
3. ALOMORFIAS TEOLÓGICAS E A ADOÇÃO DE TRADIÇÕES PAGÃS PELOS PRIMEIROS CRISTÃOS.....	48
3.1 ALOMORFIAS E CONTROVÉRSIAS INICIAIS.....	50
3.2 ORGANIZAÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA.....	51
3.3 O PÓS-MORTE E SUA CONSTRUÇÃO.....	54
3.4 OS CONCÍLIOS E ÀS ALOMORFIAS DOUTRINÁRIAS DA TRINDADE.....	58
3.5 OS CONCÍLIOS E ÀS ALOMORFIAS DOUTRINÁRIAS DO MARIANISMO.....	62
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

É iniludível que se trate o passado, ou a antiguidade mormente, como completamente ádvena, mas sim, através de uma visão que priorize a questão da lonjura cultural. Para o historiador ver o passado e sua cultura como simplesmente diferente de nós, mas ao mesmo tempo iguais em nossa humanidade é fundamental (Burke, 2011). Tudo produzido pela humanidade pode ser estudado e problematizado pela história. A história cultural aponta que aspectos tão presentes no cotidiano como a religiosidade são meritórios de atenção acadêmica.

A religiosidade e os valores estando abrangidos como uma construção da cultura de um sodalício são comuns. Ao analisar o que é encarado como alta cultura e baixa cultura, o que está decantado na cultura, de uma sociedade é possível saber o que é relevante, o que é valorizado pela classe dominante de determinado tempo (Williams, 1958).

Seria a sociedade ocidental tão influenciada e enraizada nas doutrinas de Jesus? Para pensar essa questão os teólogos franceses Albert Hamman (1997) e Jean Comby (1993), analisam em suas obras particularidades da comunidade inicial de cristãos que se modificaram com o passar da temporalidade ao serem na verdade influenciadas pela cultura romana.

Jonh P. Meier, professor da Universidade de Notre Dame estadunidense, autor de cinco volumes do livro *A Marginal Jew* (1991), onde nos aproxima do Jesus histórico e da mensagem original que ele pregava, além de analisar como a mensagem foi divulgada pelos apóstolos e como enxergamos essa mensagem nas sociedades americanas.

Bart D. Ehrman, estadunidense e autor do livro *Misquoting Jesus* (2005) tem uma vasta pesquisa sobre as mudanças na Bíblia cristã ao longo do tempo, portanto, pesquisa justamente a alteridade entre o cristianismo primitivo e o que criou raízes na civilização Ocidental. A partir desta pesquisa, considera-se que o cristianismo, nascendo do Judaísmo, é uma religião de livro, e que existem dessemelhanças entre os escritos originais do Novo Testamento e traduções posteriores das Escrituras sagradas do cristianismo.

Ao memorar o trabalho desses escritores, nota-se uma considerável produção intelectual, sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos, sobre o cristianismo primitivo e suas transformações ao longo do tempo. Mas, no contexto acadêmico brasileiro, especificamente numa corrente de pesquisa realizada por historiadores, não cientistas da religião ou teólogos, nas instituições do eixo Norte-Nordeste do país, considero que há exígua produção histórica acadêmica específica sobre as diferenças do pensamento de Jesus e das igrejas cristãs no Império Romano.

Sobre a temática de como o cristianismo influenciou o mundo, Paul Veyne, historiador francês especialista em Roma antiga, problematiza no livro *Quando nosso mundo se tornou cristão* (2010) os motivos que levaram o cristianismo a se tornar religião dominante no Império Romano e como isso influenciou a Europa. Por influenciar a Europa, o autor concluiu que o cristianismo também influenciou as partes do globo que foram colonizadas por países europeus.

Pensamento interessante para se refletir sobre a realidade e a sociedade brasileira é colocada por Veyne (2010):

O Ocidente passa por ter cultivado ou preconizado o humanitarismo, a doçura, mais do que outras civilizações, e deveria essa doçura à influência cristã que teria suavizado os costumes. Temo que essa ideia não seja nem verdadeira nem falsa, porque as relações entre uma crença e o resto da realidade social não são tão simples. Não argumentei brandindo a Inquisição e as Cruzadas e me limitarei, para manter os pés na terra, a citar quatro linhas de Marc Bloch: a lei de 'Cristo' "pode ser vista como um ensinamento de doçura e de misericórdia, mas, durante a era feudal, a fé mais viva nos mistérios do cristianismo se associou sem dificuldade aparente com o gosto da violência (Veyne, 2010, p.90).

O escritor inculca ao leitor o seguinte questionamento: a sociedade (europeia) tem raízes cristãs? Ao colocar um idealizado himeneu entre religiosidade e realidade social como algo abstruso na Europa, pensa-se na hipótese de que intrinsecamente desenvolver-se-iam com a mesma complexidade os liames entre as crenças e a realidade de um país colonizado por europeus, como o Brasil.

É pertinente a produção de pesquisas de cientistas da religião e teólogos sobre o cristianismo primitivo, mas é importante que mais historiadores brasileiros pesquisem a alteridade entre o cristianismo primitivo e o institucionalizado uma vez que muitas comunidades brasileiras se identificam como cristãs.

A presente pesquisa legitima-se por acrescentar ao conhecimento produzido sobre o cristianismo primitivo. Justifica-se ainda em apresentar aos leitores e pesquisadores de história da antiguidade como a clara influência da cultura europeia e do neoplatonismo dominante nos dogmas que se tornaram sacros com a institucionalização da Igreja de Roma, sendo os fatos históricos sujeitos a análises e discussões, admitindo espaço aberto para novas problematizações e fatos históricos sobre a temática em questão.

Pelo fato de a igreja cristã ter influenciado fortemente os países europeus durante muito tempo, estes, ao se expandirem em direção à América, levaram seus dogmas religiosos, os quais estão presentes na cultura dos atuais países Americanos, seja pelo protestantismo nas colônias inglesas e holandesas, seja pelo catolicismo nas colônias da França, Espanha e por fim de Portugal.

Estudar a tradição, a permanência ou o esquecimento de determinados prisma sociais fazem com que possamos descortinar o que um grupo social considera fulcral e que deve ser memorado e o que é mórbido a sociedade. Ademais, o tradicional moldar-se-á a sociedade ao estabelecer o que o grupo tratará como moralmente aceito ou não.

Tendo a mentalidade que “uma aparente inovação pode mascarar a persistência da tradição.” (Burke, 2008), observa-se as novidades que o Cristianismo trouxe a Europa, como o pensamento de um único Deus, dos hebreus, como verdadeiro, rompe indubitavelmente uma tradição politeísta da sociedade romana, todavia, tradições são muitas vezes apenas alteradas e adaptadas e não extintas. Pensar, portanto, que as tradições romanas e o pensamento filosófico de Platão, tão comum aos romanos seriam substituídos em totalidade pela teologia cristã quando este se torna a religião oficial do império.

Os ensinamentos de Jesus e os escritos dos apóstolos passam, principalmente após a morte do apóstolo João, a serem amalgamados com filosofias comuns à comunidade da época, como o neoplatonismo que tenta pensar e existência de Deus e se tornou basilar no dogmatismo católico.

Chamou minha atenção a presença de diversas concepções culturais gregas e romanas na sociedade Ocidental: datas comemorativas, símbolos da mitologia, o

conceito de que temos uma alma imortal, e crença na vida após a morte perduram comuns especificamente em sociedades marcadas pela religiosidade cristã, como é a brasileira.

O pensamento “cristão” mesclado a práticas romanas é muito disseminado no Brasil, tendo chegado aqui com o desembarque dos conquistadores portugueses em 1500, no mesmo ano, em 26 de abril de 1500, sendo realizada a primeira reunião religiosa no país.

O catolicismo dos portugueses e o protestantismo de outros imigrantes europeus vindos ao nosso país ao longo do tempo fez com que os brasileiros dessem continuidade a tradições de origem religiosa: Feriados e dias comemorativos, nosso calendário e nomes de cidades e senso ético nos remetem à religião cristã europeia (Ghio, 2015).

Ademais, na sociedade brasileira muitos agentes políticos usam questões morais e sociais que estão a notabilizar-se para captar o apoio da população religiosa. É costumeiro ver líderes religiosos se candidatarem a cargos políticos e se inserirem como sustentáculos de discursos professados, como pensamentos cristãos. Influência e intervenção apontados por Machado (2015):

A participação dos pentecostais na Assembleia Constituinte chamou atenção dos estudiosos e resultou em duas vertentes analíticas para a explicação das relações entre a religião e a política. A primeira vertente, estabelecendo analogias entre a agenda moralista dos parlamentares pentecostais com o movimento da Maioria Moral em evidência [...] (Machado, 2015, p.1).

Conclui-se que na contemporaneidade muitos brasileiros têm contato, seguem dogmas ou estão vinculados a instituições que afirmam seguir o legado da comunidade cristã do primeiro século da nossa era. É pertinente então estudar em que medida as tradições religiosas atribuídas a Jesus são na verdade adaptações da cultura helênica e romana que chegaram até a atualidade.

No início da era cristã, havia uma abundância de deuses, e havia Numes, seres metafísicos e pessoas consideradas divinas, para determinadas localidades e para muitos elementos específicos. Os cidadãos do Império Romano contavam com muitos deuses e deusas para auxiliá-los e protegê-los. Homenageia-se particularmente a deuses cujo templo era vizinho à casa em que se morava, “pois um vizinho poderoso é o protetor mais indicado” (Veyne, 1989).

Cada cidade e grupo humano de destaque podia orgulhar-se de ter seu deus-padroeiro, e diariamente se oferecia incenso ao próprio imperador romano, que era considerado um deus encarnado. As deidades orientais também tinham destaque e foram construídos templos em honra a o deus persa Mitras, e aos egípcios Ísis e Osíris, por exemplo.

No primeiro século da nossa era, o Império Romano se estendia da Lusitânia à Judéia e continuava a avultar-se cada vez mais englobando povos, culturas, e correntes de pensamentos religiosos díspares. Ademais, estóicos, cínicos, socráticos, aristotélicos e platônicos difundiram suas filosofias desde o período helenístico nas diversas polis helenizadas e quando Roma anexou a Península de Hellas, em 146 a.C, absorve também sua filosofia.

Desde a conquista de Alexandre, o Grande, toda a Palestina fazia parte da área de influência grega e muitos judeus que viviam fora da Palestina, em importantes comunidades judaicas dispersas, passaram a falar o grego (Funari, 2002). Foi essa Palestina e esses judeus que passaram a integrar o mundo Romano.

Com relação aos hebreus, a mais discrepante às demais populações do Império Romano, era a sua religião: pautada na crença de Javé ser o único deus e que cabia ao homem seguir especificamente a Torá, a lei escrita por Moisés. Segundo Ehrman: “Eram essas leis sagradas, que deveriam ser aprendidas, discutidas e seguidas e que, para isso, foram escritas em um conjunto de livros.” (Ehrman, 2005). Outros escritos como os ensinamentos dos profetas permaneceram preservados pela cópia manual e leitura pública durante muito tempo, o escrito, o tradicional era considerado sagrado. Conclui-se que, era uma religiosidade incomum pois os demais sistemas religiosos acreditavam em várias divindades e não eram religiões de Livro, fundamentada em lei e nos escritos de homens considerados profetas.

Todavia, até os judeus, que diziam ter apenas a monolatria de um Deus invisível e todo-poderoso, estavam separados em várias seitas religiosas que interpretavam a lei escrita de maneira a criar busílis para uma tradição única sobre Deus. Os saduceus por exemplo não acreditavam na ressurreição, aceitavam que a pessoa não tinha espírito e não acreditavam em anjos. Em alteridade de

pensamento os fariseus acreditavam na volta à vida e na existência de seres angélicos. (Atos 23:8). Ademais, diversas comunidades exerciam o judaísmo de maneiras diferentes os habitantes de Samaria não adoravam ao deus hebreu no templo de Jerusalém (João 4:20) e os essênios se afastaram da ampla comunidade judia e se concentravam em localidades específicas onde de forma isolada e particular praticavam o judaísmo.

Na primeira metade do século I d.C, no meio de todas aquelas tradições religiosas, nasceu Jesus o nazareno, um judeu, criado como carpinteiro que começou uma obra de pregação na vida adulta. Ele ensinava algo singular, pensamento diferente daqueles tónicos à época: uma religião universal, que sobrepuja às diferenças sociais, nacionais e raciais. “Ide, pois e fazei discípulos de todas as nações...” (Mateus 28:19) e “até à parte mais distante da terra”. (Atos 1:8).

Inicialmente vamos considerar o recorte temporal e espacial do Reino herodiano da Judeia do século I, no qual o cristianismo surgiu. Um lugar dominado pelos romanos, que era a Palestina, com indivíduos influenciados pelo helenismo e com uma mentalidade conservadora com suas tradições. Tratar-se-á da cultura rabínica e como a visão de Jesus dialoga com a lei de Moisés, mas também propõe ideias seguidas pela comunidade de judeus no Império Romano.

Para essa análise utilizar-me-ei do *Codex Sinaiticus*, um antigo manuscrito da Bíblia, datado do século IV. Ele contém grande parte do Antigo e do Novo Testamento, além de alguns escritos apócrifos. Foi descoberto no Mosteiro de Santa Catarina, no Monte Sinai, por Constantin von Tischendorf, em 1844. Ele está digitalizado e disponível no site da biblioteca nacional Russa, onde, além da digitalização do documento original em alta resolução, são disponibilizadas a transcrição em grego e a tradução em inglês.¹ É considerado um dos mais antigos e completos manuscritos do Novo Testamento em grego. Além disso, uma fonte basilar será o documento Doutrina dos Doze Apóstolos, documento mencionado por Eusébio (2014) como não sendo obra de nenhum dos apóstolos, mas bastante difundido e utilizado em congregações da parte Oriental do Império Romano. O mesmo foi descrito por Izidoro (2007):

¹ Codex Sinaiticus - See The Manuscript. Disponível em: <<https://www.codexsinaiticus.org/en/manuscript.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

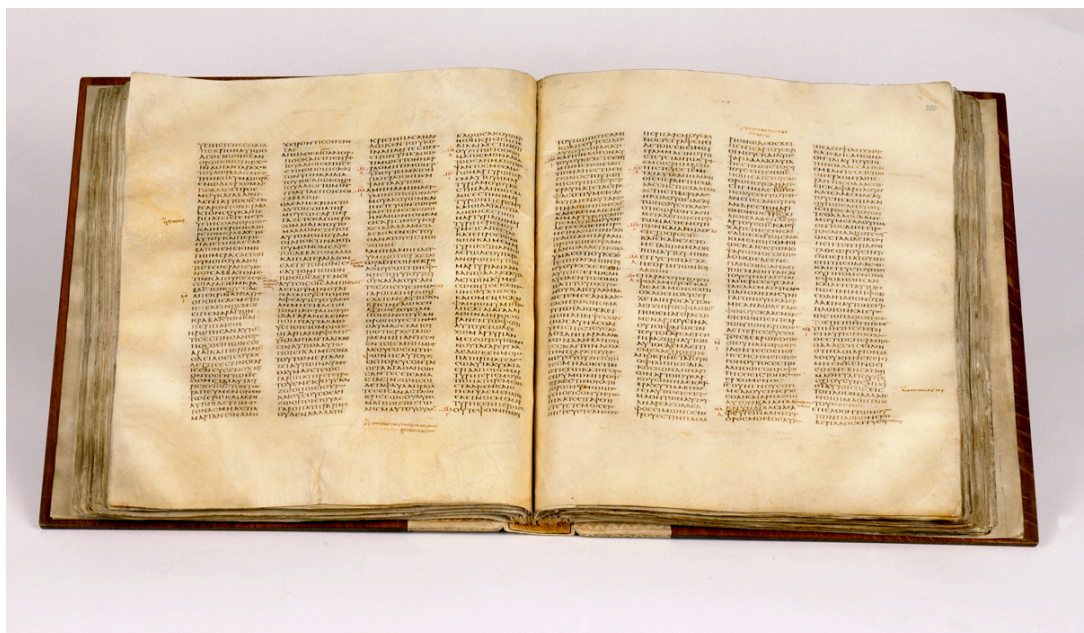
O escrito designado brevemente como Didaché ou "Doutrina dos Doze Apóstolos" foi descoberto em 1873 por Ph. Bryennios na Biblioteca Constantinopolitana do patriarca grego de Jerusalém, em um manuscrito do ano 1056 (agora códice 54, na Biblioteca Jerosolimitana do patriarca grego). A publicação pelo seu descobridor no ano de 1883 e por A. Harnack em 1884 causou uma grande sensação somente comparável ao achado de Qumran em nossa época.

Durante os séculos II e III, a Didaché teve grande influência e popularidade na Igreja. Existem muitos escritos e documentos que a citam ou a referenciam. Ela foi um dos possíveis candidatos ao cânon do cristianismo e também foi conhecida por alguns escritores do Ocidente, como Justino, Taciano, Teófilo, Lactâncio e Santo Agostinho, sendo que este último certamente usou uma versão latina do escrito. A Didaché foi incorporada aos seguintes manuais e cânones da Igreja: a Didascália (meados do século III), as Ordenanças da Igreja Apostólica (aproximadamente do ano 300), as Constituições Apostólicas (fins do século IV), Sumário de Doutrina e Fides Nicaena (atribuído a Atanásio), além de vários outros tratados. (Izidoro, 2007, p.91)

Por meio desses documentos mais antigos evidenciaremos as similitudes das falas de Jesus e dos escritos dos profetas judeus. Ademais, deter-me-ei às alteridades, diferenças entre os hábitos dos discípulos de Jesus e judeus e como a comunidade Judaica, destacando-se saduceus e fariseus, reage a idiosincrasia deste grupo.

Os relatos de Mateus (41 D.C), Lucas (56-58 D.C), Marcos (60-65 D.C) e João (98 D.C) no Codex Sinaiticus tem por objetivo registrar os ensinamentos propagados por Jesus durante o seu ministério. Cada um a acrescentar detalhes que lhe parecem fulcrais para a emergente comunidade de cristãos.

Figura 1- O Codex Sinaiticus séc IV D.C



Disponível em: <<https://codexsinaiticus.org/en/codex/>>. Acesso em: 4 out. 2024.

Cada um que passava a ser um discípulo sentia a obrigação de crença e partilhá-la com outros, o cristianismo desenvolveu-se como crença a ser compartilhada com outros. Por volta de 49 d.C houve uma importante reunião em Jerusalém. Entre os presentes estavam “os que pareciam ser colunas” da congregação cristã do primeiro século: João, Pedro e Tiago, meio-irmão de Jesus. Estavam presentes também o apóstolo Paulo e seu companheiro Barnabé. O objetivo da reunião incluía como organizar-se-ia o grande território para a obra de pregação. Paulo explicou em sua epístola aos cristãos da Galácia: “Deram a mim e a Barnabé a mão direita da parceria, para que fôssemos às nações, mas eles aos circuncisos.” - Gálatas 2:1,9), então os ensinamentos de quem eles acreditavam ser o Cristo foi se tornando popular entre as pessoas de todo o Império, principalmente entre os judeus helenizados que viviam em várias cidades da Ásia (Funari, 2002).

Por ser pregada por homens sem formação tradicional para a época, trabalhadores ditos “indoutos e comuns” (Atos 4:13) inicialmente a crença cristã tornou-se comumente associada às classes mais baixas. No segundo século, Celso, crítico do cristianismo, zombava de que uma “nova raça sem pátria nem tradições” formada de “trabalhadores braçais, sapateiros, lavradores, homens menos informados e os mais exóticos, chegassem a ser pregadores zelosos do Evangelho” (Comby, 1993).

Já no século IV, Eusébio de Cesaréia nos retrata em seu livro *História Eclesiástica* as várias execuções de cristãos na parte oriental do Império e a última grande perseguição aos cristãos iniciada no ano de 303 D.C.

Todavia, essa mensagem universal ensinada por Jesus e difundida por seus seguidores, discípulos e seus apóstolos talvez não permanecesse intacta por muito tempo, a comunidade foi se dividindo em denominações diferentes. Ehrman (2005) escreve:

Desde os primeiros tempos eles estavam cientes de que uma amálgama de interpretações da 'verdade' da religião existia dentro das suas próprias fileiras. O apóstolo Paulo já se levantava contra os "falsos mestres" - por exemplo, em sua carta aos Gálatas. [...] Eram cristãos que entendiam a religião de modo completamente diferente (Ehrman, 2005, p.33).

Ainda no primeiro século, sabe-se que pensamentos divergentes como a

filosofia platônica e a mitologia helênica encetaram em meio a comunidade de cristãos primitivos (Ap 2:6). Ademais, e as diversas particularidades culturais e crenças existentes em partes distintas no Império Romano modificaram o que Jesus pregou até fazendo ser necessário um Concílio basilar, o realizado na cidade de Nicéia, para deliberar o que se tornaria a crença oficial dos chamados Cristãos Romanos.

Haja a vista esses fatos, a pesquisa tratará dessas possíveis mudanças nas práticas da comunidade cristã desde sua gênese até a conversão do Imperador Constantino em 312 D.C. e a sua institucionalização dogmática da religião no Concílio de Nicéia entre 20 de maio e 25 de julho de 325 D.C. A atuação do Imperador no ano de 312 D.C é o motriz para a legalização do Cristianismo. Em verbetes de Veyne (2010):

O papel histórico de Constantino não será o de pôr fim às perseguições (elas cessaram dois anos antes, quando o cristianismo foi reconhecido como igual ao paganismo), mas o de fazer com que o cristianismo, transformado em sua religião, fosse uma religião amplamente favorecida, diferentemente do paganismo. [...] Converter os pagãos? Vasto programa. Constantino reconhece que a resistência (*epanástasis*) deles é tal que renuncia a impor-lhes a Verdade e, apesar de seus desejos, permanecerá tolerante; depois de suas grandes vitórias, em 312 e em 324, tomará o cuidado de tranquilizar os pagãos das províncias que acaba de conquistar: "Que os que estão equivocados gozem da paz, que cada um conserve o que pretende para sua alma, que ninguém atormente ninguém." Ele cumprirá as promessas, o culto pagão só será abolido meio século depois de sua morte e apenas Justiniano, dois séculos mais tarde, começará a querer converter os últimos pagãos, assim como os judeus (Veyne, 2010, p.10).

A atitude de Constantino citada acima é importante para a construção de um Império unido. `que ninguém atormente ninguém é um apelo aos cidadãos do Império Romano a deixarem as diferenças de lado nessa nova fase unificada do governo.

Para Veyne (2010), essa reunião foi um tentame de obter um consenso na igreja tendo delegados de quase totalidade da cristandade europeia e seus primaciais pleitos foram: a questão cristológica da natureza divina de Jesus e sua liame com Deus; e a tenacidade da data pascoal e a promulgação da Lei Canônica.

Discutiremos sobre a diferença de relação entre as pessoas e os deuses pagãos, relação distante muitas vezes e a relação íntima dos cristãos com seu Deus. Analisaremos a perseguição local e expansão do Cristianismo por outras partes do

Império Romano e as tradições da antiguidade clássica que influenciaram o pensamento da comunidade cristã.

Outrossim, apontaremos por meio da comparação de documentos como o Códice Sinaítico, cópia do chamado Novo Testamento produzidas no século IV d.C e disponibilizado pelo site da biblioteca nacional russa, com transcrição em grego moderno e inglês; As Resoluções de alguns Concílios como o Primeiro **Concílio** de Nicéia (325 d.C) , apontadas por Eusébio de Cesaréia em sua obra História Eclesiástica; O conteúdo do Édito de Tessalônica (380), parte do décimo sexto livro do Códice Teodósio, conjunto de leis romanas aprovadas no quarto século, O Primeiro de Constantinopla (381 d.C) e por fim as resoluções do Primeiro Concílio de Éfeso (431 d.C) no século quinto para pensar no que se refere a metamorfoses dogmáticas por meio das assimetrias entre o que os discípulos de Jesus escreveram e o que vai ser institucionalizado como a religião oficial do Império Romano após a morte deles.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos: O primeiro, *A Gênese do Cristianismo*, aborda o contexto da Palestina na época em que Jesus nasceu, os ensinamentos difundidos por ele e seus apóstolos e como as “Boas Novas” se espalharam por diferentes regiões do Império romano. O segundo, chamado de *Perseguição e Oficialização*, analisa como ao longo do tempo os discípulos de Jesus eram perseguidos, em um segundo momento tolerados e depois integrados à sociedade romana por meio de Constantino. Ademais apontamos alguns alomorfes que poderiam ser essenciais para a Conversão do Imperador à fé Cristã. Por fim, o terceiro capítulo, nomeado *Alomorfias teológicas e a adoção de tradições pagãs pelos primeiros cristãos*, reflete em como ao longo dos séculos em que o Cristianismo foi a religião oficial do Império houve dogmas e doutrinas alteradas, adaptadas e esquecidas com o objetivo de uniformizar a doutrina da agora Igreja Católica Apostólica Romana para servir aos propósitos políticos dos imperadores até o Concílio de Éfeso.

1. CAPÍTULO 1: A GÊNESE DO CRISTIANISMO

Preliminarmente apresentaremos a região em que o Cristianismo teve origem: a Palestina, território muito peculiar da periferia do Império Romano, em suas províncias do Oriente. Marcada pela Religião Judaica, analisar-se-á como a expectativa por um Salvador Ungido, um Rei dos Judeus, depois de tanto tempo de dominação estrangeira, foi basilar ao surgimento do Cristianismo Primitivo. Outrossim, evidenciar-se-á na parte final do capítulo como a recepção dos judeus às preleções dos apóstolos foi fulcral para a propagação dos ensinamentos de Jesus para além de Israel.

1.1 A JUDÉIA HERODIANA A ESPERA DO MESSIAS

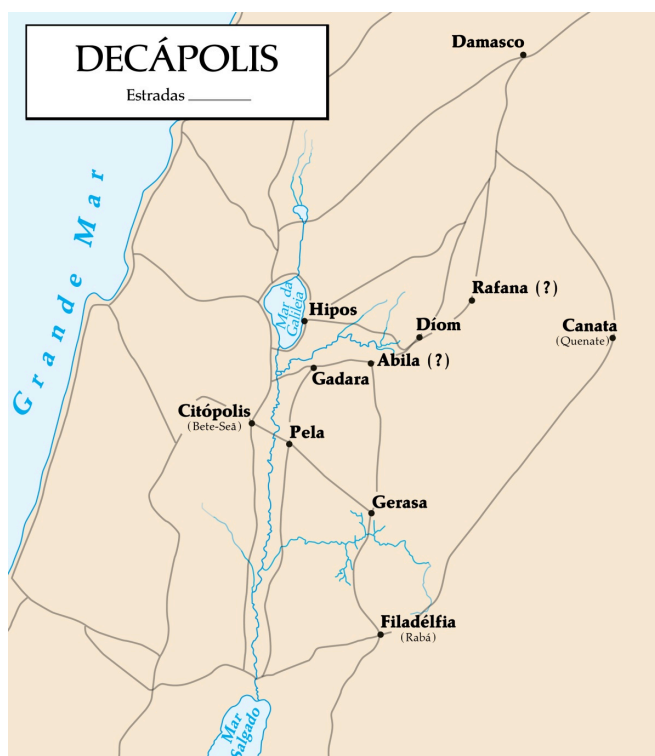
A Palestina, desde o séc VI a.C , foi palco de diversas ocupações estrangeiras. Impérios como os babilônios, assírios, persas, macedônios e romanos exerceram controle sobre essa terra. Cada um deixou sua marca na história e na cultura da região. O povo judeu tentou preservar-se da influência das potências dominantes, todavia as dinâmicas de interação com os gentios ao longo de tantos séculos causaram alomorfias, isto é, transformação de uma forma em outra diferente, na prática da religião judaica desde os tempos de exílio.

Os babilônios, por exemplo, conquistaram Jerusalém no século VI a.C., destruindo o Primeiro Templo e deportando parte da população judaica para a Babilônia, com isso a adoração que era dogmaticamente realizada em Jerusalém e tinha agora a tarefa de adaptar-se a realidade de diáspora. Os persas, posteriormente, permitiram o retorno dos judeus e a reconstrução do Segundo Templo. No entanto, a independência plena ainda não havia sido alcançada. (Josefo,2004).

Os macedônios, liderados por Alexandre, o Grande, também tiveram influência na Palestina após assenhorar os territórios do Oriente em 332 a.C. O historiador judeu do primeiro século, Flávio Josefo narra que no momento em que Alexandre chegou a Jerusalém, os judeus abriram-lhe os portões e mostraram-lhe a profecia do livro de Daniel, escrita mais de 200 anos antes, que claramente descrevia as conquistas de Alexandre como “o Rei da Grécia” (Josefo, 2004); a cultura helenística tornar-se-ia difundida na Judéia, Galiléia e Samaria. Para Funari

(2002): “Toda a Palestina fazia parte da área de influência grega” Tornar-se-ia particularmente evidente a presença da cultura grega na região pela fundação de colônias, principalmente a leste do Rio Jordão, que posteriormente seriam conhecidas como Decápolis (Insight,1990).

Figura 2- Mapa Decápolis



Disponível

em:

<<https://www.jw.org/pt/biblioteca/livros/Estudo-Perspicaz-das-Escrituras/Dec%C3%A1polis/>>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Ademais, a presença grega afetou costumes e comportamentos dos judeus, nota-se no vetusto piso de uma sinagoga em Tiberíades, fundada no primeiro século em Israel, um exemplo de influência da cultura helênica no judaísmo. Na imagem encontram-se retratados os signos do zodíaco grego com seus nomes escritos em hebraico. A efigie central é a do deus-sol Hélios.

Figura 3 - Zodíaco na Sinagoga



Disponível em:

<<https://library.biblicalarchaeology.org/article/synagogue-excavation-reveals-stunning-mosaic-of-zodiac-and-torah-ark/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

Após a morte de Alexandre, seu império foi dividido, e a comunidade judaica estava espalhada por todos os domínios dos sucessores de Alexandre: Antígono, Cassandro, Ptolomeu e Seleuco. Os hebreus espalhados pelos domínios desses quatro generais buscavam preservar suas tradições de diversas formas, a elaboração da Septuaginta, tradução grega dos escritos hebraicos para os judeus que falavam grego, é desse período. Concomitante a tradução das escrituras sagradas outra prática como descrita por Flávio Josefo era por edificar templos, sobre esse tema nos é narrado na História dos Hebreus:

[...] notei, passando pela Baixa Síria, pela Fenícia e por Leontópolis, que é do governo de Heliópolis, e por outros lugares, que os judeus lá haviam construído diversos templos sem observar as regras necessárias para esse fim, o que causou entre eles grande divergência (Josefo,2004, p.578).

Israel viu-se assolado pelo conflito entre a dinastia ptolomaica do Egito e os selêucidas da Síria, que buscavam influenciar politicamente a região. A região da Palestina passou para o controle de Seleuco, em 198 a.C., que fundaria o Império

Selêucida. Durante esse período, houve conflitos entre os judeus e os governantes selêucidas. Durante o Antíoco IV (Epifânio), estavam decididos em minguar a adoração e os costumes judaicos. Seu esforço atingiu um clímax em 168 a.C., quando uma estrutura foi erigida sobre o altar do templo em Jerusalém e dedicada ao deus helênico, Zeus. Este incidente ultrajante para os judeus, foi a centelha que provocou a insurreição dos Macabeus. Três anos a contar daquele dia, o vitorioso líder judeu, Judas Macabeu, dedicou novamente a Jeová o templo purificado, com uma festa que, desde então, tem sido comemorada pelos judeus como a Hanucá, culminando na revolta dos Macabeus e na restauração do Templo.

A dinastia dos Macabeus reinaria e permaneceria independente por um século, sob a chefia dos docentes de Judas Macabeu, até a chegada dos romanos. No ano de 63 a.C, as forças romanas empreenderam uma incursão na região da Palestina. Detentores de um vasto e heterogêneo império, outorgaram uma parcela de autonomia às suas colônias que se mostravam subservientes, obedientes e cumpridoras de suas obrigações tributárias. Ao designarem um líder local, ostentando o título de Rei Herodes, os romanos transferiram-lhe autoridade, conferindo, por conseguinte, às autoridades judaicas uma considerável latitude na administração dos assuntos religiosos. Concomitantemente, ao declínio do reinado de Herodes, antever-se-ia que Jesus tenha nascido, quiçá no ano 2 a.C.²

Sob a égide de uma força castrense romana de dimensões até modestas, os judeus continuaram em sua singularidade cultural e religiosa. Na liminaridade do exequível, desconsiderar-se-iam na Palestina os deuses romanos, dedicando apenas uma referência formal ao semoto imperador romano, cujo Ícone gradativamente angariava culto divino entre seus súditos semitas. Os judeus, de modo contínuo, mantiveram-se submissos, mas não sem expectativa, como se pode observar na passagem do livro de Daniel:

² João iniciou seu trabalho “no décimo quinto ano do reinado de Tibério César”, o imperador romano. (Luc. 3:1, 2) Os registros históricos mostram que Tibério começou a reger em 17 de agosto de 14 d.C. (calendário gregoriano). Segundo o modo de calcular romano, o primeiro ano de Tibério decorreu da data em que assumiu o poder, 17 de agosto de 14 d.C. Até 17 de agosto de 15 d.C. a seu décimo quinto ano iria de 17 de agosto de 28 d.C. a 17 de agosto de 29 d.C. Por conseguinte, mesmo que João iniciasse sua obra em 17 de agosto de 28 d.C, Jesus, chegando a João seis meses mais tarde, não veio a ele senão, contando-se o mais cedo possível, em algum tempo de fevereiro de 29 d.C. Assim, o nascimento de Jesus, ocorrido trinta anos antes, cairia no ano 2 a.C, e não em 4 ou 6 A.C., como alguns calculam.

Setenta semanas foram determinadas para o seu povo e para a sua cidade santa, a fim de terminar a transgressão, acabar com o pecado, fazer expiação do erro, trazer justiça eterna, selar a visão e a profecia, e ungir o Santo dos Santos. Você deve saber e entender o seguinte: depois de se emitir a ordem para restaurar e reconstruir Jerusalém, até a vinda do *Messias*, o Líder, haverá 7 semanas e também 62 semanas. Ela será restaurada e reconstruída, com praça pública e fosso, mas em tempos de aflição.

Depois das 62 semanas o Messias será eliminado, sem nada para si. E o povo de um líder que virá destruirá a cidade e o lugar santo. E o seu fim será pela inundação. Até o fim haverá guerra; o que foi determinado são desolaç es.

Ele manter  em vigor o pacto para muitos por uma semana; e na metade da semana fará cessar o sacrifício e a oferta. E aquele que causa desolação virá na asa de coisas repugnantes; e o que foi determinado será derramado também sobre aquele que   desolado, até a exterminação (Daniel 9:24-27).

Desde os tempos de exílio a biocenose quase máxima dos hebreus que seguiam o juda simo estavam na expectativa de um horto prometido: o do Messias³, nas escrituras hebraicas essa expressão que significa ungido ( xodo 29:7) fazia referência a um aguardado líder.

Emil Schurer (1891), indaga de maneira perspicaz: "Persistiu essa expectativa messiânica de forma contínua entre a comunidade?" Em resposta, o escritor enfatiza:

Durante os últimos séculos pr -cristãos, sobretudo no primeiro século A.D., ressurgiu vigorosamente, como atestam de maneira decisiva os Pseudep grafos (literatura apocalíptica judaica), os escritos de Qumran (pertencentes à comunidade do Mar Morto), as obras de Josefo e os Evangelhos. As visões consignadas no livro de Daniel exerceram uma profunda influência na configuração da concepção messiânica (Schurer, 1891, p.5).

Quando Jesus nasceu, Israel já estava sob o domínio romano há cerca de sete décadas. A busca pelo Messias era intensa, e muitos acreditavam que ele traria redenção e restauraria a glória de Israel. Assim, a esperanç  de libertação e a promessa do Messias permeiam a cultura e a fé judaicas da época.

No primeiro século o registro de Lucas sugere que uma considerável parcela da comunidade judaica aguardava com expectativa o advento do Messias durante o período específico em que Jesus estava presente na Terra. Indivíduos como Simeão

³ Nas Escrituras Hebraicas, a forma adjetiva verbal *ma-sh -ahh*   aplicada a muitos homens. Davi foi oficialmente designado rei por ser ungido com óleo, e por isso é chamado de "o ungido", ou, literalmente, "messias". (2Sa 19:21; 22:51; 23:1; Sal 18:50) Outros reis, inclusive Saul e Salomão, são chamados de "ungido" ou de "o ungido de Jeová". (1Sa 2:10, 35; 12:3, 5; 24:6, 10; 2Sa 1:14, 16; 2Cr 6:42; La 4:20) O termo também é aplicado ao sumo sacerdote. (Le 4:3, 5, 16; 6:22) Os patriarcas Abra o, Isaque e Jacó são chamados de "ungidos" de Jeová. (1Cr 16:16, 22, n) O rei persa Ciro é chamado de "ungido", por ter sido designado por Deus para certa tarefa. — Is 45:1. Nesse trabalho "messias" refere-se a pessoa esperada pelos judeus que os libertaria do domínio estrangeiro.

e outros compatriotas ansiavam pela "consolação de Israel" e pelo "livramento de Jerusalém" no contexto do momento em que o menino Jesus foi conduzido ao templo (Lucas 2:25, 38).

Ao longo do ministério de João, "o Batizador", a população encontrava-se "na expectativa" em relação ao Cristo, ou Messias (Lucas 3:15). Contudo, uma parte significativa desses hebreus concebia expectativas pré-concebidas sobre a natureza do Messias. As profecias contidas nas Escrituras Hebraicas delinearam dois papéis distintos para o Messias. *The Jewish Encyclopedia* (A Enciclopédia Judaica), organizada por Isidore Singer e Cyrus Adler em inglês observa:

Eles ansiavam o prometido libertador da casa de Davi, o qual os livraria do jugo do odiado usurpador estrangeiro, poria fim ao ímpio domínio romano e estabeleceria Seu próprio reinado de paz. (1976, Vol. VIII, p. 508)

Um número significativo de pessoas e grupos reivindicaram ao longo do período de dominação estrangeira na Palestina o título de Messias. A expectativa messiânica era uma característica marcante da Judéia sob o domínio estrangeiro, com o povo judaico ansioso por uma figura de libertação espiritual e política. Essa espera fomentava a formação de várias seitas e movimentos que vislumbravam a chegada de um salvador.

1.2 NASCE UM MESSIAS

Dentro desse contexto, de expectativa dos hebreus, o nascimento de Jesus de Nazaré adquiriu uma importância fulcral na tradição cristã. Reconhecido posteriormente pelos seus seguidores como o Messias prometido, contudo não tornar-se-ia reconhecido pelos próprios líderes do Judaísmo.

Ele nasceu em Belém, uma pequena cidade na Judéia, durante o governo de César Augusto, por volta do ano 6 a.C. Sua mãe, Maria, era uma jovem virgem prometida em casamento a José, um carpinteiro. Segundo os relatos dos evangelhos, a concepção de Jesus ocorreu de maneira milagrosa, por meio da intervenção do Espírito Santo, o que fez dele o Filho de Deus.

No relato de Mateus, com pouca idade os pais de Jesus levaram-no ao Egito, para evitar que o bebê fosse morto pelas ordens do rei Herodes, num episódio tradicionalmente conhecido como massacre dos inocentes, ocasião na qual supostamente o rei dos judeus teria ordenado a morte de todos os meninos de dois anos de idade para baixo em Belém e nos arredores ao temer o nascimento de um novo “Rei dos Judeus”, procurado por um grupo de astrólogos do Oriente e indicado por seus subordinados como nascido em Belém.

O Egito era uma província de Roma e lar de uma expressiva comunidade judaica, como apresentado anteriormente. Herodes emitiu seu decreto em Jerusalém, que ficava a nove quilômetros ao nordeste de Belém, contudo o Egito ficava ao sudoeste de Belém. Destarte, José e Maria podiam viajar em segurança para o Egito sem passar por Jerusalém, e por seguinte escapar do decreto de Herodes. Após um tempo a família segue uma premonição do patriarca José e retorna a Israel com sua esposa e a criança (Mateus 2:20).

Jesus é descrito nos evangelhos como um descendente legítimo de importantes figuras bíblicas, incluindo Abraão, Isaque, Jacó, Judá e rei Davi, o que o colocava na linhagem das promessas divinas feitas a esses patriarcas. Ele cresceu em Nazaré, uma cidade da Galileia, onde viveu uma vida simples ao lado de sua família (Mateus 2:21-23).

O núcleo familiar de Jesus é o que comumente observa-se em outros lares judaicos do primeiro século: com o tempo nascem seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas (Eusébio, 2014). Ademais, pelos escritos do evangelho de Mateus ele teve pelo menos duas irmãs (Mateus 13:56). Ele também tem outros parentes: Elizabeth e seu filho João, que moram na Judéia e Salomé, pelo visto irmã de Maria, tia de Jesus, que mora na Galiléia.

A Galiléia, situada no norte da Palestina, era uma província bem povoada e próspera no primeiro século desta era. Nazaré ficava em uma área cercada por morros que davam vista para a planície de Esdrelon (Jezreel). Essa era uma região bem povoada que tinha várias cidades. Nazaré também ficava perto de rotas comerciais importantes, o que dava a seus habitantes a chance de serem informados pelos viajantes sobre os últimos acontecimentos políticos, sociais e

religiosos (Lucas 4:23). E Nazaré era grande o suficiente para ter sua própria sinagoga (Lucas 4:16).

Como lemos nos escritos de Justino de Roma, que viveu no século 2 d.C., escreveu sobre Jesus:

Quando Jesus chegou ao Jordão, ele era considerado como filho do carpinteiro José, e apareceu sem beleza, como as Escrituras haviam anunciado, e ele próprio foi considerado como carpinteiro. Foi assim que fabricou obras dessa profissão — arados e jugos — enquanto estava entre os homens, ensinando por meio deles o símbolo da justiça e o que é uma vida de trabalho (Justino, 1995, p.96).

Jesus era conhecido como “o filho do carpinteiro” e como “o carpinteiro” (Marcos 6:3). Pelo visto, Jesus aprendeu a carpintaria com seu pai, José. Durante sua infância e juventude, Jesus é mencionado apenas brevemente nos textos sagrados do cristianismo, mas é sabido que ele era conhecido por sua sabedoria e pelo entendimento profundo das Escrituras na ocasião em que foi encontrado no templo e nas inúmeras vezes que nos é apresentado pelos capítulos iniciais dos evangelhos seu costume de pregar nas sinagogas aos sábados.

Aos 30 anos, segundo o evangelho de João, Jesus encetou seu ministério público, após ser batizado por João Batista. Seguidamente a ser batizado, ele se dirige ao deserto da Judéia, período descrito em Marcos como de quarenta dias. Após esse período Jesus retorna a presença de João.

Entrementes, João relata aos seus ouvintes o ocorrido durante o batismo de Jesus:

Observei o Espírito descer do céu como uma pomba e permanecer sobre Ele. Eu mesmo não o conhecia, mas aquele que me enviou para batizar com água me disse: ‘Aquele sobre quem você vir o Espírito descer e permanecer, esse é quem batiza com o Espírito Santo.’ E eu vi isso e dei testemunho de que este é o Filho de Deus (João 1:32-34).

No dia seguinte, João estava com dois de seus discípulos quando Jesus se aproximou. João declarou: “Vejam o Cordeiro de Deus!” (João 1:36). Com isso, esses dois discípulos de João Batista: João e André seguiram a Jesus. Um deles era André e o outro, também chamado João, aparentemente foi quem registrou esses eventos. Acredita-se que este João, filho de Salomé, era primo de Jesus.

Em pouco tempo, outros homens conhecem Jesus: André apresentou Jesus a seu irmão Simão, também chamado de Pedro; No dia seguinte Jesus conhece Filipe e Natanael.

Logo após, o Rabi e seus novos discípulos partem do vale do Jordão e viajam para a Caná, a cidade de Natanael, que fica nas montanhas em proximidade com Nazaré, onde Jesus foi criado e em uma festa de Casamento Jesus realiza, de acordo com o evangelho de João seu primeiro milagre: Transforma água em vinho.

Posteriormente a esse primeiro “ato extraordinário” Jesus continuou a realizar sinais, proferir sermões e reunir seguidores judeus, o uso da lei dos judeus era característico de suas falas públicas. Quando proferiu seu Sermão do Monte, fez vinte e uma citações das Escrituras Hebraicas: Três citações de Êxodo, duas de Levítico, uma de Números, seis de Deuteronômio, uma de Segundo dos Reis, quatro dos Salmos, três de Isaías e uma de Jeremias.

Depois de pregar por um ano e meio, Jesus teve que tomar uma decisão muito importante: Designar doze seguidores escolhidos como apóstolos, enviados, para ajudá-lo a divulgar a mensagem do “Reino de Deus”: Pedro, André, Tiago, João, Filipe, Natanael, Tomé, Mateus, Tiago (o filho de Alfeu), Tadeu, Simão e Judas Iscariotes.

Numa ocasião sub secutiva, Jesus “mandou outros setenta e os enviou, aos dois, na sua frente, a cada cidade e lugar onde ele mesmo estava para ir”. Estes não deveriam pregar apenas em lugares públicos, mas deveriam também contatar pessoas em suas casas. Jesus os instruiu: “Onde quer que entrardes numa casa, dizei primeiro: ‘Haja paz nesta casa.’” (Lucas 10:1-7).

Seu ministério, que durou cerca de três anos, foi marcado por ensinamentos baseados nas escrituras hebraicas, milagres e a proclamação da vinda do Reino de Deus, apresentando-o como uma certeza de que Deus voltaria seus olhos para aqueles que o servissem de coração e os recompensaria com bênçãos eternas. As falas sobre esse bom futuro e as ações realizadas de acordo com os relatos dos evangelhos: Curar os cegos e mancos, purificar leprosos, conceder audição aos surdos e até mesmo levantar os mortos. que o tornaram uma figura venerada por muitos e rejeitada por outros (Lucas 7:22).

Atrelado aos “milagres” a de divulgação do Reino de Deus como a solução para os problemas da nação era sustentacular para o ministério de Jesus: “as boas novas estão sendo anunciadas aos pobres.” (Mateus 11:5)

Ao condenar determinadas práticas dos líderes religiosos, principalmente dos líderes fariseus e saduceus e fazer milagres considerados perigosos, Jesus acumulou rivalidades e os judeus fizeram planos para, com astúcia, prender Jesus e matá-lo (Mateus 26:4).

A prisão e condenação de Jesus Cristo são eventos centrais na narrativa cristã, marcados por uma série de fatores religiosos, políticos e sociais. Primeiramente, a traição de Judas Iscariotes desempenhou um papel crucial. Judas, um dos doze apóstolos, entregou Jesus aos líderes religiosos em troca de trinta moedas de prata. Este ato de traição foi simbolizado por um beijo, que identificou Jesus aos guardas no Jardim do Getsêmani.

Além da traição de Judas, os líderes religiosos judeus tinham várias razões para querer a morte de Jesus. Eles viam Jesus como uma ameaça à sua autoridade e ao *status quo* religioso. Jesus frequentemente criticava os fariseus e saduceus, expondo sua hipocrisia e práticas corruptas. Sua crescente popularidade entre o povo e suas afirmações de ser o Filho de Deus e o Messias prometido também provocaram ira e medo entre os líderes religiosos. Como descrito na Antiguidade Judaica, “Ele era o CRISTO⁴. Os mais ilustres dentre os de nossa nação acusaram-no perante Pilatos, e este ordenou que o crucificassem.” (Josefo, 2004).

O julgamento de Jesus foi marcado por irregularidades e injustiças. Ele foi levado primeiro ao Sinédrio, o conselho religioso judaico, onde foi acusado de blasfêmia por afirmar ser o Filho de Deus. No entanto, o Sinédrio não tinha autoridade para executar a pena de morte, então Jesus foi levado ao governador romano, Pôncio Pilatos. Os líderes judeus acusaram Jesus de incitar a rebelião contra Roma e de se declarar rei, na esperança de que Pilatos visse Jesus como uma ameaça política.

Apesar de Pilatos não deslindar culpa em Jesus, ele cedeu à pressão da multidão e dos líderes religiosos, temendo uma revolta. Pilatos tentou libertar Jesus

⁴A palavra "Cristo" vem do grego "Khrístós", que significa "ungido" ou "o Ungido". Este termo é uma tradução direta do hebraico "Mashíahh", que também significa "Messias" ou "o Ungido". Na tradição judaica, "Mashíahh" se refere a uma figura escolhida e consagrada por Deus, frequentemente com óleo, para cumprir uma missão divina, como governar, libertar ou salvar o povo. Quando a mensagem cristã foi traduzida para o grego, o termo "Khrístós" passou a ser usado como equivalente ao hebraico, indicando Jesus como o Messias prometido.

oferecendo ao povo a escolha entre Jesus e Barrabás, um criminoso condenado, mas a multidão escolheu Barrabás.

O julgamento de Jesus representa não apenas um evento histórico, mas uma construção simbólica e política que ajudou a moldar a imagem messiânica no cristianismo primitivo. A narrativa do julgamento, como evidenciado pelos relatos nos evangelhos, reflete tensões entre autoridades judaicas e romanas e ilustra o papel de Jesus como uma figura subversiva e potencialmente ameaçadora aos poderes estabelecidos. A condenação, além de impulsionar a concepção de Jesus como "Filho de Deus" injustamente perseguido, cimentou o arcabouço teológico de redenção e sacrifício, central para a fé cristã (Mateus 20:18,19).

Para a análise do cristianismo primitivo, o estudo desse evento é sustentacular, pois demonstra como as primeiras comunidades cristãs perceberam a morte de Jesus como cumprimento de profecias messiânicas, fundamentando a autoridade de Jesus como Salvador (João 3:16). A interação entre o Sinédrio e Pôncio Pilatos aponta para uma mediação entre poderes religiosos e políticos que legitima e fortalece o status de Jesus como Messias. Assim, essa passagem torna-se pertinente ao estudo da transição e da consolidação da crença cristã, refletindo na forma como o cristianismo primitivo interpretava e difundia o messianismo, consolidado posteriormente no Concílio de Éfeso.

1.3 CONTINUA A DIVULGAÇÃO DO EVANGELHO

Seguidamente à morte de Jesus, a missão dos apóstolos adquiriu um caráter primevo na propagação do cristianismo, uma vez que tornar-se-iam os principais responsáveis por disseminar as boas novas⁵: os ensinamentos de seu mestre e consolidar as primeiras comunidades cristãs. Segundo o relato em Atos dos Apóstolos, os discípulos começaram a pregação em Jerusalém, estendendo-se posteriormente a diversas localidades do Império Romano, em um movimento que pode ser interpretado como um esforço coordenado de evangelização.

⁵ εὐαγγελίζω at e méd. trazer ou anunciar boas novas Lc 1.19; Ap 14.6. Proclamar, pregar (o evangelho), evangelizar Lc 4.43; At 13.32; Rm 15.20; 1 Co 15.1; 2 Co 10.16; Gl 1.11, 23; 1 Pe 1.12. Pass. ser evangelizado, receber a pregação das boas novas Mt 11.5; Hb 4.2, 6 (Gingrich, 1984, p.87).

O evento do Pentecostes, descrito em Atos 2:1-4, representa um marco inicial, pois os apóstolos ao receberem o Espírito Santo, adquiriram a habilidade de falar em múltiplas línguas. Este fenômeno, que facilitou a comunicação com peregrinos, prosélitos e judeus, de diversas regiões⁶, foi sustentacular, no que diz respeito à tradição da igreja, para a expansão imediata do cristianismo. Pedro, um dos principais líderes do movimento, realizou um sermão incisivo que culminou na conversão de cerca de três mil pessoas (Atos 2:41), exemplificando o poder transformador e o potencial da pregação apostólica.

A análise de Hamman (1992) revela que a vida cotidiana dos primeiros cristãos que foram convertidos era intrinsecamente comunitária, como bem citada no capítulo quatro da *Didaquê*, a vida cristã é caracterizada por práticas de partilha de bens, orações coletivas e celebrações eucarísticas. O trecho de Atos 4:34-35 no Codex Sinaiticus nos diz:

Pois nenhum deles passava necessidade; porque todos os que possuíam terras ou casas, as vendiam e traziam o valor do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos, e era distribuído a cada um conforme a sua necessidade.

Tais práticas citadas no documento não apenas reforçam a coesão interna, mas também exerciam um papel atrativo para os novos convertidos, demonstrando um modo de vida distinto e espiritualmente enriquecedor em comparação com as práticas da época. Como trataremos no capítulo dois, a perseguição faria com que a fé se expandisse cada vez mais pelo Império Romano.

Em meio ao avanço da mensagem cristã, o trabalho de Filipe ao proclamar “as boas novas do reino de Deus e do nome de Jesus Cristo” entre os samaritanos (Atos 8:12) revelou um novo horizonte de expansão. Contudo, foi a partir de 36 D.C., com a conversão de Cornélio, um gentio incircunciso (Atos 10), que o movimento cristão rompeu com as barreiras étnicas ao incluir não-judeus de diversas origens. Os gentios, pessoas de fora da nação de Israel, teriam a oportunidade de conhecer

⁶ De acordo com Esdras 2:64, somente 42.360 israelitas retornaram a Jerusalém após o exílio na Babilônia, ocorrido em 537 a.C. No primeiro século d.C., o historiador judeu Flávio Josefo mencionou que os judeus residentes na região da Babilônia somavam “dezenas de milhares”. Há registros documentais que confirmam a presença de judeus no Egito já no século VI a.C. Durante esse período, o profeta Jeremias proclamou uma mensagem direcionada aos judeus que residiam em diversas localidades egípcias, incluindo Mênfis (Jer. 44:1). É provável que um grande contingente de judeus tenha migrado para o Egito no período helenístico. Josefo indicou que os judeus estavam entre os primeiros colonos de Alexandria, a ponto de lhes ser destinada uma área específica da cidade.

o cristianismo. Esse marco representou um ponto de inflexão cultural e teológico, pois, como destaca Funari (2002), a mensagem cristã passou a circular em meios sociais diversos, ampliando o alcance e a complexidade de sua aceitação no mundo romano:

Os apóstolos, seguidores que haviam conhecido Jesus, começaram a pregar espalhando a crença na vinda ao mundo de um salvador, uma Boa Nova, "Evangelho", em grego, e começaram a converter outros judeus, em particular, os que falavam o grego, pois estes estavam mais distantes dos anseios de independência política dos judeus da Palestina e estavam mais abertos às influências de novas crenças. O caso mais notável foi o de um judeu da seita dos fariseus, Saulo, da cidade de Tarso bem versado na cultura grega. Menos de sete anos após a morte de Jesus, Saulo converteu-se ao cristianismo que havia anteriormente combatido e tornou-se seu grande pregador, com o nome romano de Paulo. (Funari, 2002, p.141)

O apóstolo Paulo, figura sustentacular na difusão do cristianismo, relatou, cerca de 60 D.C., que “as boas novas haviam sido pregadas em toda a criação debaixo do céu” (Colossenses 1:23). Para Meier (2009), a universalização da mensagem cristã era alimentada por uma necessidade de reorganização espiritual e social do mundo mediterrâneo, ainda em constante transformação devido às influências culturais gregas e romanas. De acordo com Lange (1992), o cristianismo primitivo possuía uma mensagem inclusiva e contracultural que atraía diferentes camadas da população, o que facilitou a disseminação da fé para regiões como a Ásia, Europa e África, alcançando, segundo estimativas, grande parte do Império Romano antes do fim do primeiro século.

Este fenômeno de rápida difusão sugere uma adaptação estratégica da mensagem cristã ao contexto cosmopolita romano, promovendo uma identidade coletiva entre judeus e gentios convertidos. Conforme afirma Comby (1993), essa expansão não só indicava uma aceitação do cristianismo como fé universal, mas também ressalta o papel das redes sociais e comerciais romanas na propagação ideológica e religiosa. Desse modo, o cristianismo primitivo consolidava-se não apenas como uma religião, mas como um sistema cultural expansivo e resiliente. Todavia, ao passo que o número de fiéis aumentava a perseguição aos membros da seita do nazareno se intensificava na Judeia.

2. CAPÍTULO 2: PERSEGUIÇÃO E OFICIALIZAÇÃO

Este capítulo explora a trajetória do cristianismo desde as perseguições iniciais até sua oficialização, analisando como a fé se adaptou e sobreviveu aos desafios externos e internos. A transformação do cristianismo de uma seita perseguida para a religião oficial do Império reflete não apenas uma mudança espiritual, mas também uma complexa interação com o contexto político e social do século IV d.C., onde a fé cristã se tornou, paradoxalmente, uma base de poder e legitimidade no coração do império.

2.1 PERSEGUIDOS PELOS JUDEUS

A fé cristã não teve êxito duradouro na Palestina (Funari, 2002). A perseguição contra os primeiros cristãos na Judeia, intensificar-se-ia ulteriormente a prognose de que Jesus, havia levantado dentre os mortos. Consolidou-se como um aspecto determinante, se não sustentacular na formação da identidade cristã, a ressurreição de Jesus como mencionada no relato de Lucas 24:46,47 folio 7 do Codex Sinaiticus: “É necessário que o Cristo sofra e ressuscite dentre os mortos ao terceiro dia, e que em seu nome seja pregado o arrependimento e a remissão de pecados a todas as nações, começando por Jerusalém.”

Esse período foi marcado por uma série de eventos hostis, nos quais se destacam as prisões realizadas pelo sinédrio, julgamento e morte de Estevão, execução de Tiago, uma das figuras centrais da liderança da igreja cristã em Jerusalém, bem como a intensa perseguição liderada por Saulo de Tarso, que mais tarde se tornaria conhecido como o apóstolo Paulo.

Durante o primeiro século da era cristã, a disseminação da nova fé trouxe consigo uma crescente tensão entre os seguidores de Jesus e as autoridades judaicas. O Sinédrio, presidido pelo sumo sacerdote Caifás, via com preocupação a popularidade dos ensinamentos de Jesus, considerando-os uma ameaça à ordem religiosa e à estabilidade política. Este tribunal, incumbido de proteger as tradições da Lei e a santidade do templo, estava decidido a silenciar os apóstolos, cujas pregações desafiavam a doutrina estabelecida e questionavam a autoridade religiosa. Como narrado no livro de Atos dos Apóstolos, no capítulo 4:

Enquanto os dois estavam falando com o povo, aproximaram-se deles os sacerdotes, o capitão do templo e os saduceus. Eles estavam irritados porque os apóstolos estavam ensinando o povo e declarando abertamente a ressurreição de Jesus dentre os mortos. Então os agarraram e os puseram na cadeia até o dia seguinte, pois já tinha anoitecido (Atos 4:1-4).

Quando enviados à prisão, os apóstolos surpreenderam os guardas ao aparecer novamente no templo, pregando com coragem a mensagem sobre Jesus Cristo, desafiando as ordens do Sinédrio. (Atos 5:23-25). Ao serem confrontados, Pedro respondeu com determinação: “Temos de obedecer a Deus como governante em vez de a homens” (Atos 5:29). Este ato de resistência marcou um exemplo poderoso para os cristãos, que entenderam que a obediência a Deus estava acima das ordens humanas, especialmente quando estas se opunham aos mandamentos divinos (Insight,1990).

A resposta dos apóstolos acendeu a ira dos líderes religiosos, que, sentindo sua autoridade ameaçada, queriam matar os apóstolos (Atos 5:33). Este desejo de retaliação ilustra o clima de intolerância que marcava a perseguição aos cristãos na Palestina. Segundo Hamman (1992), o povo judeu do primeiro século tinha grande reverência pela Lei mosaica e pelo templo. Qualquer ameaça a essas tradições era vista como uma heresia perigosa, justificando, aos olhos do Sinédrio, a pena de morte. Nas palavras de Hamman 1992:

Chamar Jesus de Messias era, para a maioria dos judeus, completamente ridículo. Jesus não era o poderoso líder dos judeus. Ele era um ninguém fraco e impotente — executado da maneira mais humilhante e dolorosa que os romanos, os que tinham o verdadeiro poder, haviam concebido. No entanto, os cristãos insistiam que Jesus era o messias, que sua morte não foi um erro judicial ou um evento inesperado, mas um ato de Deus, pelo qual ele trouxe salvação ao mundo (Hamman, 1992, p.188).

Por essa divergência da mentalidade judaica dominante a prisão de membros da seita dos nazarenos⁷ (Atos 24:5). Outro episódio emblemático foi o julgamento de Estêvão, um seguidor de Cristo, seus adversários “secretamente persuadiram” testemunhas a acusá-lo de blasfêmia contra Deus e Moisés, colocando-o diante do Sinédrio (Atos 6:9-12). As acusações contra Estêvão eram

⁷ A palavra grega "haíresis" (αἵρεσις, εως, ή), traduzida como "seita", tem uma origem que remonta à ideia de "escolha". Inicialmente, essa palavra era usada para denotar uma escolha ou uma seleção, como é encontrado em Levítico 22:18 na Septuaginta, onde os israelitas faziam ofertas "de acordo com toda a sua escolha". Nas Escrituras Gregas Cristãs, "haíresis" passou a designar um grupo de pessoas com doutrinas e pontos de vista diferentes dos demais. Esta palavra é usada para se referir aos dois principais grupos do judaísmo: os fariseus e os saduceus (Atos 5:17; 15:5; 26:5). De maneira semelhante, os cristãos eram chamados de "seita" ou "seita dos nazarenos" pelos não cristãos, possivelmente por serem vistos como um grupo que se separou do judaísmo (Atos 24:5, 14; 28:22).

graves: ele teria falado contra o templo e a Lei, dois pilares centrais da fé judaica. A multidão, incitada pelos anciãos e escribas, considerava Estêvão um transgressor, digno de morte, pois ele mudava os costumes transmitidos por Moisés. Esse episódio ressalta a tensão entre a nascente movimento cristão e as tradições judaicas, que eram estritamente defendidas pelas autoridades (Meier, 2009).

Tiago, filho de Zebedeu e um dos doze apóstolos, foi o primeiro entre os apóstolos a sofrer o martírio. Ele foi executado por ordem de Herodes Agripa I, aproximadamente em 44 D.C., conforme relatado em Atos 12:2. Esse episódio se tornou um marco no desenvolvimento da igreja, pois mostrou que o cristianismo seria atacado e combatido com violência por autoridades determinadas a silenciar sua mensagem. A morte de Tiago inspirou a coragem entre os cristãos, que passaram a enxergar o martírio como a expressão mais sublime de fidelidade (Foxe, 2021). Esse martírio elevou a disposição dos cristãos para enfrentarem a morte com resignação e esperança, uma postura que, conforme exposto por Hamman, criava uma base espiritual firme para a fé cristã, fundamentada na resistência e na promessa de uma recompensa futura.

Entre as primeiras ações hostis contra os cristãos, destacou-se também a perseguição liderada por Saulo de Tarso, um fariseu fervoroso que, antes de sua conversão, foi um dos mais temíveis perseguidores dos seguidores de Jesus. O livro de Atos dos Apóstolos descreve Saulo "devastando a igreja" ao entrar em casas de cristãos, prendendo homens e mulheres (Atos 8:3). Esse movimento era mais do que uma tentativa de coação: a perseguição liderada por Saulo visava dismantelar o movimento cristão nascente, que desafiava a autoridade religiosa judaica e os costumes sociais profundamente enraizados na sociedade da época. John P. Meier, retrata Saulo como um zeloso defensor da Lei mosaica, cujo ímpeto perseguidor refletia o temor das autoridades religiosas diante da possibilidade de o cristianismo abalar as tradições e a estrutura de poder dos anciãos em Jerusalém. Diante dessa pressão, muitos cristãos foram obrigados a abandonar Jerusalém, fugindo para as regiões da Samaria, outras áreas da Judeia e até mesmo para fora das fronteiras judaicas (Meier, 2009).

A fuga dos cristãos de Jerusalém não apenas serviu como estratégia de sobrevivência, mas também proporcionou uma expansão significativa do cristianismo

para além das fronteiras da Judéia. Esse movimento de dispersão foi decisivo, uma vez que os cristãos, forçados ao exílio, levaram consigo a mensagem de Jesus para regiões como Samaria, Fenícia e Antioquia.

Filipe, conhecido como Evangelizador foi um dos que se dirigiram para Samaria, as pessoas daquela localidade ainda não haviam ouvido falar de Jesus e seus seguidores pois, ao divulgar a mensagem em vida Jesus deu orientação que nos torna explícito uma alomorfia: No relato de Mateus, no fólho: 204b, A temos a seguinte ordenação de Jesus:

Esses doze Jesus enviou, depois de lhes dar instruções, dizendo: Não vão pelo caminho dos gentios e não entrem em nenhuma cidade dos samaritanos, mas vão antes às ovelhas perdidas da casa de Israel.

Comby (1993), observa que essa diáspora contribuiu para a expansão do cristianismo ao conectar novas populações e culturas ao movimento, permitindo um intercâmbio de ideias entre as tradições judaicas e os gentios. A resistência dos cristãos frente à repressão, que os impelia para longe de seu território original, foi, como indica Foxe (2021), o “efeito paradoxal da perseguição”: Quanto mais os cristãos eram pressionados, mais se consolidavam e fortaleciam sua missão.

Esses episódios de perseguição e dispersão moldaram de forma duradoura a igreja primitiva. Desde o martírio de Tiago até a perseguição intensa promovida por Saulo e a fuga em massa dos cristãos para terras estrangeiras, o movimento cristão emergiu como uma comunidade resiliente e adaptável, encontrando forças na adversidade. A morte de seus líderes e o deslocamento de seu povo não enfraqueceram o cristianismo; ao contrário, contribuíram para a expansão e o fortalecimento de uma fé que, sustentada por uma esperança inabalável, se preparava para tornar-se um fenômeno global.

Ademais, os ocorridos iniciais da perseguição na Palestina moldaram o caráter do cristianismo primitivo, que encontrava em sua própria resiliência um modelo de fé inabalável. Mesmo diante de ameaças, os seguidores de Cristo continuaram a pregar, adaptando-se às circunstâncias, mas sempre com a determinação de cumprir sua designação divina, “Ensinando a pessoas de todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.”

2.1 PERSEGUIÇÕES ALÉM DA PALESTINA

O cristianismo primitivo foi moldado não apenas por tensões internas, mas também por conflitos com o judaísmo e, sobretudo, com a sociedade pagã do Império Romano. Em meio a essa diversidade religiosa, os cristãos, minoritários, enfrentaram resistência não só de judeus, mas também de pagãos que dominavam cerca de 90–93% da população do império. No contexto histórico, o termo “pagão” designa aqueles que seguiam religiões politeístas, sem a conotação negativa que adquiriu posteriormente nas Palavras de Ariés e Duby (1989):

O paganismo greco-romano é uma religião sem além nem salvação, mas não necessariamente fria nem indiferente à conduta moral dos homens: a tal respeito respeito pode enganar o fato de que essa religião sem teologia, nem igreja é se assim ousamos dizer uma religião à la *carte*: cada um venera particularmente os deuses que quiser e imagina-os como pode. Em lugar do partido único que é uma igreja, trata-se de uma livre empresa religiosa: cada um fundava o templo que desejasse e pregava o deus que bem entendesse. (Ariés e Duby, 1989. p.202)

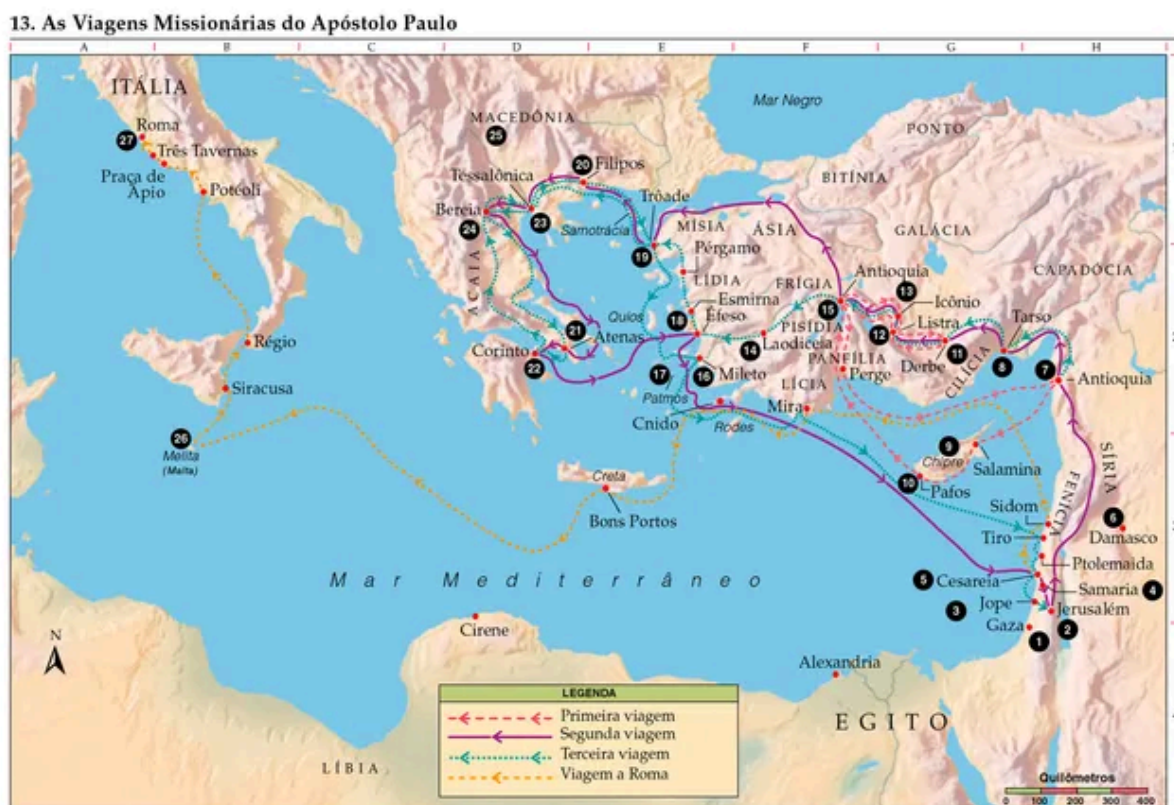
Durante os primeiros séculos, a oposição aos cristãos surgiu principalmente no nível popular. Embora o cristianismo não fosse oficialmente ilegal, sua prática foi considerada ofensiva, pois os cristãos se recusavam a adorar os deuses que protegiam a sociedade, era obrigação da humanidade tratar as divindades, por serem de natureza divina com a mesma honra que dirigiam a reis e autoridades humanas (Ariés e Duby, 1989). Acreditava-se que desastres naturais, guerras e doenças poderiam ser provocados pela negligência aos deuses e, nesse sentido, os cristãos, ao rejeitar a adoração pública, foram vistos como ameaça.

Embora judeus também não adorassem os deuses romanos, eram considerados uma exceção, com uma tradição ancestral estabelecida. Já os cristãos, formados por convertidos do judaísmo e do paganismo, não possuíam laços étnicos ou culturais específicos e eram vistos como um grupo dissociado e, muitas vezes, antissocial, afastando-se de festivais públicos e cerimônias cívicas. Essa característica alimentou a animosidade dos pagãos, que os viam como nocivos à estabilidade da sociedade.

Evidenciar-se-ia essa hostilidade ao analisar o exemplo do ocorrido no apóstolo Paulo, já mencionado no capítulo um como figura sustentacular para a expansão do cristianismo ao realizar sua obra de pregação por meio de diversas viagens missionárias. suas jornadas, especialmente conforme relatadas no livro de

Atos dos Apóstolos, disponíveis no Codex Sinaiticus não apenas promoveram a expansão do cristianismo, mas também trouxeram confrontos diretos com autoridades romanas e líderes religiosos locais que eventualmente resultaram em prisões, perseguições e, por fim, em seu martírio.

Figura 4: As viagens missionárias de Paulo



Disponível em: <<https://www.churchofjesuschrist.org/study/scriptures/bible-maps/map-13?lang=por>>.

Acesso em: 11 nov. 2024.

A primeira viagem missionária de Paulo, relatada nos escritos de Lucas em Atos 13 e 14, cobre a região da Ásia Menor, incluindo a Antioquia da Pisídia, Icônio, Listra e Derbe. Nessas cidades, Paulo e Barnabé frequentemente enfrentavam resistência e hostilidade, especialmente em Antioquia, onde foram expulsos pelas autoridades locais após protestos de líderes judaicos. Esta viagem inicial já mostrava a recepção mista que o cristianismo encontraria em solo helenístico, com apoio de alguns, mas oposição crescente de outros, particularmente daqueles que viam ameaçados seus costumes e tradições. Esse padrão de conflito se tornaria mais

acentuado nas viagens subsequentes.

Em sua segunda viagem missionária, Paulo expandiu a mensagem cristã até a Grécia, passando por cidades como Filipos, Tessalônica, Atenas e Corinto (Atos 16-18). Em Filipos, Paulo e seu companheiro Silas foram detidos e açoitados publicamente por autoridades romanas após libertarem uma escrava de um espírito de adivinhação, ato que gerou insatisfação entre seus senhores devido à perda de lucro com a prática. Este episódio destaca como as ações de Paulo não apenas desafiavam questões religiosas, mas também abalavam estruturas econômicas baseadas em crenças populares.

Em Atenas, Paulo confronta diretamente os filósofos epicureus e estoicos no Areópago, onde apresenta o conceito do "Deus desconhecido". Sua tentativa de estabelecer uma conexão entre as tradições locais e a mensagem cristã resultou em uma recepção mista, com algumas pessoas moteando de sua pregação, enquanto outras, como Dionísio, o areopagita, e Damaris, demonstraram interesse e fé.

Na terceira viagem missionária, Paulo focou-se em Éfeso (Atos 19-20), onde permaneceu por cerca de três anos. Éfeso era um centro fulcral em questões comerciais e religiosas, era o maior polo de adoração e do culto à deusa Ártemis, na Ásia. A pregação de Paulo acabou suscitando uma resposta hostil da comunidade local. Em especial, o ourives Demétrio, cuja renda dependia do culto à deusa, incitou um tumulto contra Paulo, temendo que a nova doutrina ameaçasse seu sustento, no fólio 3 do Codex Sinaiticus, lemos:

Ora, um certo homem chamado Demétrio, ourives, fazia miniaturas de prata do templo de Artemis, e dava muito lucro aos artistas. Ele os reuniu, juntamente com os que trabalhavam nessas coisas, e disse: Homens, vocês sabem que desse ofício vem a nossa riqueza. E vocês veem e ouvem que não só em Éfeso, mas em quase toda a Ásia, esse Paulo tem convencido e desviado uma grande multidão, dizendo que os deuses feitos por mãos humanas não são deuses. E não apenas há perigo de que nosso ofício caia em descrédito, mas também que o templo da grande deusa Ártemis seja considerado sem valor; e que ela, a quem toda a Ásia e o mundo adoram, seja destituída de sua majestade. Ao ouvirem isso, encheram-se de ira e gritaram, dizendo: Grande é a Diana dos efésios!

Esse incidente não só exemplifica o impacto econômico da mensagem cristã em práticas de culto pagãs, mas também ilustra a disposição das comunidades locais em responderem violentamente para proteger suas tradições. Este episódio representa um marco na trajetória de Paulo e destaca a força da resistência helenística e romana contra a expansão do cristianismo.

Quando Paulo retornou a Jerusalém, foi preso sob a acusação de profanar o Templo ao, supostamente, introduzir gentios em seu interior. Esse incidente levou à sua detenção pelas autoridades romanas e posterior transferência para Cesareia para evitar atentados contra sua vida: Mais de quarenta judeus prometeram que acabariam com a vida de Paulo. O plano consistia em chamar Paulo ao sinédrio, mas no caminho até o local judeus ficariam de tocaia para atentar contra a sua vida. O sobrinho de Paulo, porém, ouviu o plano e ao contar a seu tio, o mesmo pediu-lhe que relatasse ao oficial romano Cláudio Lísias, que ao saber do ocorrido montou uma escolta armada para transferir Paulo de Jerusalém até Cesaréia. (Atos 21-23). Em Cesaréia, Paulo foi julgado perante os procuradores romanos Félix e Pórcio Festo, além do rei Agripa II.

Durante esses julgamentos, Paulo apelou para o direito de ser julgado por César, utilizando seu estatuto de cidadão romano para evitar um veredito local. Essa apelação levou à sua transferência para Roma, onde continuaria sua pregação enquanto aguardava julgamento.

Em Roma, Paulo permaneceu em prisão domiciliar por cerca de dois anos, conforme relatado em Atos 28. Foi ali que ele continuou a pregar e a ensinar a fé cristã, apesar das restrições impostas pela custódia romana. Contudo, com a eclosão das perseguições aos cristãos durante o reinado do imperador Nero (c. 64 d.C.), Paulo foi novamente preso e, segundo a tradição, martirizado. Nero, que havia governado o Império Romano, aproveitou-se do incêndio de Roma como pretexto para culpar e perseguir os cristãos, promovendo assim uma das primeiras grandes perseguições oficiais. Esse momento marca um ponto de inflexão importante na história da igreja primitiva, onde a fé cristã foi oficialmente confrontada pela autoridade imperial, e líderes como Paulo foram mortos por sua fé.

Esses episódios de perseguição enfrentados por Paulo refletem o cenário de crescente resistência do Império Romano e da sociedade helenística à difusão do cristianismo. Suas prisões e julgamentos em Filipos e Cesareia, o conflito econômico em Éfeso e, finalmente, sua execução sob Nero representam momentos críticos na trajetória do apóstolo. Esses eventos não apenas demonstram a resiliência de Paulo e dos primeiros cristãos, mas também revelam a complexa relação entre a nova doutrina e o poder imperial, que moldou o desenvolvimento inicial do cristianismo

como uma fé que, mesmo sob perseguição, continuava a expandir-se e a solidificar-se no coração do Império Romano.

Outrossim, as epístolas de Paulo não apenas reforçaram a fé dos cristãos primitivos, mas também forneceram diretrizes práticas sobre a organização das comunidades cristãs e a teologia. As cartas de Paulo ajudaram a unificar a doutrina e a prática cristã através do vasto território do Império Romano. Essa correspondência foi fundamental para a coesão e o crescimento das comunidades cristãs, servindo como uma base doutrinária e administrativa para a expansão da fé.

Na obra *O Livro dos Mártires* (2021), John Foxe documenta as perseguições sofridas pelos cristãos nos primeiros séculos da Era Comum, enfatizando a resistência de homens e mulheres de fé perante adversidades extremas. Segundo Foxe, as perseguições se dividem em dez grandes períodos, começando no ano 67 d.C., sob o imperador Nero, o mesmo que condenou o apóstolo Paulo, e estendendo-se até a era de Diocleciano, em 303 d.C. Foxe descreve o início dessas perseguições como motivadas pela oposição do poder romano aos cristãos e ao seu impacto social crescente. Essas perseguições ganharam intensidade e sistematização ao longo dos anos, em especial no governo de Diocleciano, cujas ações visavam erradicar o cristianismo do império acusando os de ateísmo como explicitado nos escritos de Veyne (2010) a origem judaica da Religião também era um ponto considerado desvantajoso no mundo mediterrâneo:

No mundo pagão da Grécia e de Roma, os judeus ora eram rejeitados por causa do ciúme de seu Deus exclusivo e da barreira de suas proibições alimentares; ora por se tratar de um povo à parte do qual se elogiavam a piedade e os costumes familiares puros. Eram estrangeiros antipáticos ou então virtuosos. Dos cristãos também se dizia isso, pelas mesmas razões: eram "ateus" (rejeitavam os deuses dos outros) e tinham proibições alimentares (os idolotitas [as carnes das vítimas, que se oferecem aos deuses], as carnes sangrentas), mas eram virtuosos (Veyne, 2010 p. 77).

Além das acusações de ateísmo e traição contra o Imperador — pela recusa dos cristãos de adorar os deuses romanos e prestar honra a César —, os seguidores de Cristo foram também acusados de práticas subversivas, como reuniões secretas e comunhão com pessoas de diferentes classes sociais, o que gerava temor nas autoridades quanto à potencial desordem social. Ariés e Duby (1989) alteiam que a religião romana estava fundamentada no conceito de "pax deorum", a paz com os deuses, que acreditava-se ser necessária para a

prosperidade do Estado. O cristianismo, ao se recusar a cultuar esses deuses, era considerado uma ameaça direta à ordem social e religiosa.

No final do segundo século, o cristianismo chamou a atenção de intelectuais pagãos que o atacaram vigorosamente em escritos polêmicos. O crítico pagão Celso, por exemplo, acusava os cristãos de diversas coisas na obra *Palavras de Verdade*, que se perdeu. O que temos são trechos da obra conservados numa obra do cristão Orígenes já do século III, intitulada *Contra Celso*. As objeções apresentadas por ele ao cristianismo são a incoerência, argumentando que eles adoravam o Deus judeu, mas abrenunciavam a lei judaica:

Que desgraça vos sucedeu, meus compatriotas, para abandonarmos a lei de nossos pais e, seduzidos por aquele com quem eu discutia há pouco, serdes ludibriados da forma mais ridícula e nos haverdes desertado para mudar de nome e de modo de vida? (Orígenes, 2004, p.74).

Em suas obras, Celso ridicularizava a origem humilde de Jesus, afirmando que os cristãos adoravam “um criminoso crucificado”, considerado por eles um ser divino. Ele também acusava os cristãos de alterarem seus próprios textos para ocultar contradições, observando que alguns “modificaram os evangelhos diversas vezes para evitarem dificuldades diante das críticas” (Orígenes, 2004).

Outro opositor influente, Porfírio, sustentava que os evangelistas eram escritores de ficção e aponta incoerências entre as narrativas dos quatro evangelhos, principalmente no relato da crucificação. Essas acusações eram difundidas na sociedade romana e alimentavam uma imagem negativa dos cristãos, que eram vistos como supersticiosos, moralmente questionáveis e socialmente perigosos.

Diante dessas críticas, apologistas cristãos, como Justino Mártir, Tertuliano e Orígenes, passaram a produzir defesas da fé. Justino Mártir, em seu *Primeira Apologia*, argumentava que o cristianismo não era perigoso, mas, ao contrário, fundamentado na razão e no amor ao próximo. Tertuliano, em seu tratado *Apologia*, refuta a ideia de que os cristãos eram desleais ao Estado, alegando que eles oravam pelo bem do império. Orígenes, em sua obra *Contra Celso*, respondia diretamente às críticas de Celso, defendendo que a fé cristã era racional e que Jesus era de fato o Filho de Deus, cuja mensagem visava à salvação de todos.

Essas defesas representaram um esforço dos cristãos de dialogar com o

pensamento considerado pagão, não apenas para responder às críticas, mas para legitimar a fé cristã em um contexto de hostilidade e incompreensão. Assim, o cristianismo primitivo construiu uma identidade distinta e complexa, que, ao resistir às pressões externas, consolidou sua presença e expandiu sua influência dentro do Império Romano.

2.2 ADOÇÃO DA FÉ PELO IMPÉRIO

Os primeiros concílios da Igreja, como o Concílio de Jerusalém, trataram de questões cruciais para a nova religião, incluindo a admissão de gentios e a dispensa de práticas judaicas para novos convertidos. Essas assembleias foram fundamentais para definir a doutrina cristã e resolver disputas internas, contribuindo para a uniformidade e a estabilidade das comunidades cristãs.

A magnitude desse período de perseguições é expressa por Paul Veyne (2009), que observa que, paradoxalmente, foi durante esses anos de extrema opressão que o cristianismo se fortaleceu e se organizou de maneira mais eficaz. Segundo Veyne, ao resistir ao poder imperial, os cristãos criaram uma coesão interna e desenvolveram uma estrutura eclesiástica que se tornaria uma base sólida para a expansão do cristianismo quando a perseguição cessasse.

O fim das perseguições veio com o Edito de Milão, promulgado por Constantino em 313 d.C., que legalizou o cristianismo e permitiu a liberdade de culto em todo o Império Romano. Eusébio de Cesareia descreve a decisão do Imperador:

Quando eu, Constantino Augusto, e eu, Licínio Augusto, nos reunimos felizmente em Milão e nos pusemos a discutir tudo o que importava ao proveito e utilidade públicas, entre as coisas que nos pareciam de utilidade para todos em muitos aspectos, decidimos sobretudo distribuir umas primeiras disposições em que se asseguravam o respeito e o culto à divindade, isto é, para dar, tanto aos cristãos quanto a todos em geral, livre escolha para seguir a religião que quisessem, com o fim de que tanto a nós quanto aos que vivem sob nossa autoridade nos possam ser favoráveis a divindade e os poderes celestiais que existem (EUSÉBIO, 2014 p. 216).

Embora o cristianismo não fosse ainda a religião oficial do Estado, esse edito marcou uma mudança decisiva no relacionamento entre os cristãos e o Império. De perseguidos, os cristãos passaram a ocupar posições de influência, e a igreja rapidamente começou a se firmar como uma das principais instituições do

Ocidente.

Constantino, imperador romano do início do século IV, é uma figura central na história do cristianismo e na política romana, particularmente no que diz respeito à relação entre religião e poder. Sua trajetória política reflete a habilidade de usar a religiosidade⁸ como um instrumento de unificação e fortalecimento de seu império, aproveitando-se do cristianismo, uma religião emergente no império, para garantir sua própria estabilidade e expansão política.

Para Veyne (2010), em uma fase de grandes turbulências no Império Romano, onde as instituições, incluindo a religião tradicional, estavam em declínio, Constantino compreendeu que a adesão a uma força religiosa revigorante poderia ser basilar para a sua ascensão e para a coesão do império. O cristianismo, com sua crescente popularidade e organização, parecia ser a resposta. Contudo, a religião cristã naquele momento não estava unificada, mas marcada por divisões doutrinárias e confrontos internos. Essa fragmentação ofereceu a Constantino uma oportunidade de se posicionar como mediador divino, aquele que poderia resolver as disputas religiosas e garantir a estabilidade.

Ao adotar o cristianismo como ferramenta política, Constantino promoveu sua aceitação e implementação em larga escala. Uma de suas estratégias mais significativas foi convocar o Concílio de Nicéia, em 325 d.C., para resolver a controvérsia ariana, um dos maiores conflitos teológicos da época. Ele buscava, com isso, garantir a unidade da Igreja e o controle sobre sua doutrina, algo que servisse aos interesses políticos do império. Como mediador, Constantino se posicionou como um líder supremo, não apenas do império, mas também da Igreja, uma vez que ele supervisionava o estabelecimento da ortodoxia cristã (Eusébio, 2014).

Embora tenha adotado o cristianismo como elemento central de sua política, ele manteve práticas religiosas pagãs até o final de sua vida. Constantino ainda se identificava com o culto solar, mantendo o título de *Pontifex Maximus*, o sumo

⁸Neste trabalho ao se referir a religião no primeiro século, entende-se que referia-se ao sistema institucionalizado de crenças e práticas coletivas, como os cultos públicos judaicos no Templo de Jerusalém ou as cerimônias greco-romanas dedicadas aos deuses e ao imperador, reguladas por sacerdotes e normas sociais. Já a religiosidade expressava a dimensão pessoal e subjetiva da fé, marcada por devoções privadas, orações e experiências espirituais individuais, como a leitura da Torá pelos judeus ou a busca de significado nos cultos de mistério.

pontífice, uma função de autoridade religiosa pagã, o que indicava uma relação ambígua com a religião cristã. Ele nunca abandonou totalmente os rituais pagãos, e seu batismo só ocorreu nos momentos finais de sua vida, o que gera questionamentos sobre a sinceridade de sua conversão.

Essa dicotomia também se reflete nas suas políticas em relação à Igreja. Embora tenha incentivado a expansão do cristianismo, ele também procurou moldá-lo conforme seus próprios interesses. Ao garantir privilégios aos líderes da Igreja e incorporá-los à administração imperial, Constantino efetivamente criou uma aliança entre o poder político e o religioso. Ele estabeleceu uma estrutura hierárquica na Igreja que refletia a organização imperial e deu aos bispos uma posição de autoridade similar à dos governadores romanos. Esse processo de integração do cristianismo ao sistema imperial teve um impacto longo, criando uma Igreja que, aos poucos, se afastou dos ensinamentos originais de Jesus Cristo, adotando práticas e dogmas que mesclavam a fé cristã com elementos da cultura romana e pagã, como a veneração de santos e a aceitação de ritos elaborados (Gibbon, 2012).

De forma concomitante, a figura de Constantino e seu relacionamento com a religião contribuíram para uma mudança significativa no império. A partir de sua política religiosa, o cristianismo se tornou não apenas uma fé de resistência, mas um instrumento do poder imperial. A Igreja passou a ser parte do Estado, e sua autoridade foi entrelaçada com a política imperial. Essa fusão do cristianismo com o império, embora tenha proporcionado unidade, também trouxe consigo uma série de compromissos e adaptações que alteraram a natureza da religião, afastando-a das raízes de seu ensinamento inicial.

Em síntese, a utilização da religiosidade por Constantino foi uma estratégia política para fortalecer seu império e garantir a ordem no mundo romano. Ele percebeu que o cristianismo, com seu poder de unificação, poderia ser moldado de acordo com suas necessidades, mas essa aliança com a religião também teve consequências significativas para o futuro da Igreja, afastando-a dos ensinamentos cristãos primitivos e transformando-a em uma instituição profundamente vinculada ao poder secular (Veyne, 2010).

Desde a morte de Estevão e Tiago até os horrores da Grande Perseguição,

a história do cristianismo foi forjada em meio à adversidade. A determinação de seus seguidores e a resistência ao longo dos séculos deram à igreja uma base forte, que, paradoxalmente, foi consolidada em tempos de sofrimento e culminou na aceitação oficial e posterior influência política dentro do próprio Império que outrora os perseguira agora o adaptaria para o tornar Igreja oficial de Roma (Foxe, 2021).

3. ALOMORFIAS TEOLÓGICAS E A ADOÇÃO DE TRADIÇÕES PAGÃS PELOS PRIMEIROS CRISTÃOS

Nos primeiros séculos após a morte de Jesus Cristo, a fé cristã sofreu transformações significativas. O que alvoreceu como um movimento baseado nos ensinamentos de Cristo, escritos pelos apóstolos que enfatizavam a adoração ao “único Deus verdadeiro” gradualmente foram sofrendo alomorfias pela infiltração de ideias e práticas provenientes do paganismo.

Uma das principais razões pelas quais as práticas pagãs foram adotadas pelo cristianismo foi a infiltração de influências filosóficas, especialmente a filosofia grega. Conforme Comby (1993), desde meados do segundo século alguns cristãos, especialmente aqueles com formação filosófica, começaram a procurar uma maneira de expressar sua fé cristã em termos que fossem compreendidos pela elite intelectual do Império Romano, como vimos no segundo capítulo. Esse desejo de ser intelectualmente aceito levou à fusão entre o cristianismo e o pensamento grego, resultando na adoção de várias doutrinas pagãs.

Analisaremos alguns aspectos dogmáticos que sofreram alomorfias ao longo do desenvolvimento da fé cristã e que evidenciam a absorção de elementos religiosos pagãos pelos cristãos, como as crenças na existência de uma alma imortal, vida após a morte, e vinda do Reino de Deus e a Trindade.

Ao pensar nesses casos é importante destacar que existem muitas outras peculiaridades do cotidiano grego e romano que foram da mesma forma aglutinados na Igreja Primitiva. Cerimonial dos casamentos, uso de imagens na adoração, dedicação de templos e adaptações de festividades são apenas alguns dos exemplos (Veyne, 2010).

Pensemos na ideia de que a alma é imortal e existe uma punição eterna destinada aos malfeitores: não há respaldo direto nas Escrituras Sagradas, e sem embargo, foi incorporada ao cristianismo com o tempo. Essa doutrina estava presente em várias culturas antigas, incluindo a egípcia e a babilônica, e foi assimilada pelos filósofos gregos, como Platão, que acreditavam na imortalidade da alma e na existência de um reino espiritual separado do corpo. Aos poucos, essa concepção foi incorporada ao cristianismo, substituindo a esperança cristã original de ressurreição dos mortos e do Reino de Deus na Terra.

Como destacado por Veyne (2010) nada mais natural que esse processo pois como o corpo social do Império Romano era rebento de séculos de tradicionalismo religiosos politeísta era pouco provável que as tradições predominantes derrogar-se-iam após a conversão para o cristianismo. Diversos aspectos do paganismo, tornar-se-iam parte da estruturação da Religião Oficial do Império como observados no seguinte exemplo evidenciado pelo autor:

A evolução da prece mostra essa paganização. Um verdadeiro cristão reza a Deus pedindo para amá-lo, glorificá-lo, reza para agradecer-lhe por tudo, para implorar sua graça ou seu perdão, pedir-lhe para ser mais firme na fé, dizer a Deus que seja feita a vontade dele. No máximo, no Pai Nosso, solicita-lhe o pão cotidiano, "não para gozo da carne, mas para as necessidades de nossa fraqueza", dirá o Sacramentaire léonien. Mas, depois do século cristãos põem-se a pedir a Deus o que os pagãos pediam a seus deuses: prosperidade, cura, boa viagem etc. Por volta do ano 430, a imperatriz regente Gala Placídia promete erguer uma igreja a São João Evangelista em troca de uma feliz travessia e, "livre do perigo do mar, saldar sua promessa" construindo essa igreja em Ravena (Gala emprega em sua inscrição a antiga frase dos ex-votos pagãos: votum solvit ["promessa paga" ou "promessa cumprida"]). (Veyne, 2010, p.71)

Essas e outras alomorfias não ocorreram de forma abrupta, mas foram o resultado de uma série de influências filosóficas e políticas que se tornaram dominantes à medida que o cristianismo se espalhava pelo Império Romano. Assim, neste capítulo, exploraremos o processo pelo qual essas tradições pagãs foram absorvidas pelas primeiras comunidades cristãs, antes e depois da oficialização da fé Católica como mencionada no capítulo anterior. Ademais, discutiremos os concílios e figuras-chave que defendiam essas mudanças dogmáticas para a manutenção da unidade religiosa em todo o Império Romano.

3.1 ALOMORFIAS E CONTROVÉRSIAS INICIAIS

Ao longo do primeiro século, as comunidades cristãs, ainda em sua fase inicial de estruturação e doutrinação, começaram a experimentar divisões e interpretações divergentes dos ensinamentos de Jesus e dos apóstolos. Esse fenômeno, identificado como alomorfia — uma variação na expressão doutrinária — manifestou-se por meio de crenças e práticas que se desvencilharam do que originalmente foi transmitido pelos fundadores do movimento cristão. Essa tendência à fragmentação é comparável à “gangrena” mencionada na Segunda epístola a Timóteo 2:17, enfatizando como a disseminação de ideias incompatíveis corroía a unidade doutrinária.

Por volta de 51 d.C, por exemplo, surgiram predições entre os tessalonicenses sobre a iminência da “presença” de Jesus, as quais se revelaram incorretas e desviantes, como registrado em 2 Tessalonicenses 2:1, 2. Já em 55 d.C, alguns membros da congregação em Corinto começaram a rejeitar o ensino sobre a ressurreição dos mortos, conceito central para a esperança cristã. Este movimento de negação da ressurreição evidencia o surgimento de concepções contrárias ao fundamento apostólico (1 Coríntios 15:12). Aproximadamente em 65 d.C, novas divergências emergiram quando certos grupos argumentaram que a ressurreição já havia ocorrido, interpretando-a de forma simbólica e não como um evento futuro literal, sugerindo que os cristãos, ainda em vida, passavam por essa “ressurreição” (2 Timóteo 2:16-18).

Após a morte dos apóstolos, os registros inspirados cessam por aproximadamente 30 anos, criando um vácuo histórico sobre as dinâmicas internas da congregação. Entretanto, quando o apóstolo João escreve suas cartas em cerca de 98 EC, é evidente que surgiram “muitos anticristos” — indivíduos que negavam doutrinas essenciais, como a encarnação e a filiação divina de Jesus (1 João 2:18, 22; 4:2, 3). Esses primeiros debates sobre a interpretação da identidade de Jesus e outros pontos doutrinários contribuíram para diferentes leituras e variações textuais, evidenciando um quadro de divisão que já se instaurou (Ehrman 2006).

Os apóstolos, até a morte do último deles, João, por volta de 100 EC, funcionaram como uma força restritiva contra a proliferação de ensinamentos contrários à tradição apostólica (2 Tessalonicenses 2:7; 2 João 9, 10). Com o

falecimento de João, essa força moderadora foi removida, permitindo que a apostasia, que até então era um movimento latente, emergisse de maneira irrestrita. Esse processo de divergência doutrinária, abriu caminho para transformações organizacionais e doutrinárias profundas que remodelaram significativamente o caráter original do movimento cristão, gerando repercussões de longo alcance na configuração da cristandade.

Destarte, essas alomorfias iniciais não apenas ilustram as interpretações diversificadas dos ensinamentos originais, mas também delineiam a complexidade do desenvolvimento cristão, com desdobramentos significativos para a teologia e organização eclesiástica nos séculos subsequentes.

3.2 ORGANIZAÇÃO DA IGREJA PRIMITIVA

A organização da igreja cristã do primeiro século, baseada na liderança apostólica, seguia o modelo fraterno ensinado por Jesus: “Todos vós sois irmãos” e “O vosso Líder é um só, o Cristo” (Mateus 23:8, 10). Neste modelo inicial, inexistia uma classe clerical. Cada congregação era conduzida por um corpo de anciãos (ou superintendentes), com responsabilidades espirituais e autoridade igualitária, sem dominação hierárquica sobre os demais membros (Atos 20:17; Filipenses 1:1; 1 Pedro 5:2, 3). Contudo, com a progressiva alomorfia e a influência de novas interpretações, essa estrutura começou a se transformar.

Um dos primeiros sinais de transformação estrutural foi a criação de uma distinção entre os termos “superintendente” (epíscopos)⁹ e “anciões” (presbíteros)¹⁰. Antes, ambos se referiam ao mesmo papel dentro das congregações, mas logo após a morte dos apóstolos, essa distinção passou a ser estabelecida como um marco hierárquico. Inácio, “bispo” de Antioquia, em sua carta aos esmirneus, sustentava que o “bispo” deveria ser seguido e reverenciado como representante de Cristo, enquanto o presbitério deveria ser visto como os Apóstolos. Esta posição não só

⁹ ἐπίσκοπος, ou, ó supervisor, guardião (de Jesus) 1 Pe 2.25. O uso no N.T., em referência aos líderes, parece ser menos técnico do que uma tradução como 'bispo' sugeriria; daí, superintendente, supervisor At 20.28; Fp 1.1; 1 Tm 3.2; Tt 1.7 (Gingrich, 1984, p.83).

¹⁰ πρεσβύτερος, α, ον—1. velho, freqüentemente subst. ancião Lc 15.25; Jo 8.9; At 2.17; 1 Tm 5.1s. De um período de tempo os homens da antigüidade, nossos ancestrais Mt 15.2; Mc 7.3, 5; Hb 11.2.—2. como designação de um oficial presbítero, ancião—a. entre os judeus Mt 16.21; 27.41; Mc 14.43, 53; Lc 7.3; 9.22; At 4.23; 6.12.—b. entre os cristãos At 11.30; 14.23; 1 Tm 5.17, 19; Tt 1.5; Tg 5.14; 1 Pe 5.1, 5; 2 Jo 1; 3 Jo 1; Ap 4.4; 7.11 (Gingrich, 1984, p. 174).

diferenciava os bispos dos anciãos, como também lhes conferia maior autoridade sobre o presbitério, consolidando o papel de um líder individual em cada congregação. Segundo Veyne (2010), essa mudança marcou um afastamento gradual dos princípios de igualdade promovidos no início do cristianismo, em prol de uma estrutura hierárquica que, ao longo do tempo, tornaria a igreja mais organizada, mas também mais rígida e centralizada.

No segundo século, conforme destaca Neander (*apud* Ehrman, 2005), o cargo de “presidente dos presbíteros” tornou-se permanente, e a ele se deu o título de episcopos, tornando-o distinto dos demais presbíteros. Dessa forma, estabeleceu-se a base para o surgimento de uma classe clerical. Em meados do terceiro século, Cipriano, “bispo” de Cartago, já defendia a autoridade centralizada dos bispos, que eram agora entendidos como um grupo exclusivo e superior aos presbíteros, diáconos e leigos. Embora Cipriano rejeitasse a primazia de um bispo sobre todos os demais, sua defesa do episcopado como uma classe à parte fortalecia a divisão entre clérigos e leigos, uma alomorfia que viria a ter implicações duradouras na organização cristã. O Bispo como líder regional tornar-se-ia figura importantíssima na comunidade em geral, sendo figura de autoridade:

Patrono dos pobres e protetor das mulheres influentes, cujas energias e fortuna coloca a serviço da igreja, diretor espiritual de vastos grupos de viúvas e de virgens, o bispo adquire importância na cidade no século IV (Ariés; Duby, 1989, p.270).

Essa crescente distinção entre clérigos e leigos resultou em uma divisão marcante na comunidade cristã. Segundo Ehrman (2005), essa hierarquização influenciou não apenas a estrutura organizacional da igreja, mas também as práticas e interpretações doutrinárias, consolidando o clero como a única autoridade espiritual e sacerdotal da igreja. A partir do terceiro século, o termo *clerus* passou a ser associado quase exclusivamente ao ministério, distinguindo-o dos leigos e reconhecendo-o como “o único sacerdócio”, em contraste com a visão de que todos os crentes, como seguidores de Cristo, formavam um “sacerdócio real” (1 Pedro 2:9).

Assim, cerca de 150 anos após a morte do último apóstolo, duas mudanças organizacionais significativas ocorreram: primeiramente, a separação do bispo dos presbíteros, colocando o bispo como autoridade central em cada congregação; segundo, a criação de uma divisão explícita entre clérigos e leigos, consolidando a

ideia de que o clero era o único detentor do sacerdócio cristão. Essas transformações desviaram-se do modelo organizacional bíblico empregado pelos apóstolos, inaugurando uma nova fase para a igreja, com implicações não apenas para a estrutura hierárquica, mas também para a natureza da liderança espiritual e do engajamento comunitário cristão.

Aspecto fulcral da transformação do cristianismo primitivo foi o desaparecimento da esperança do Reino de Deus na Terra de maneira direta, como Descrito em Veyne (2010):

Como se viu, a epopeia de Constantino foi uma cruzada não menos temporal do que espiritual; ela levou, em duas etapas, a estabelecer a tolerância e a instalar a Igreja em todo o Império, mas também a reunificar esse Império sob o cetro único de Constantino, que se dizia o libertador espiritual do mundo através de suas conquistas; ao estendê-las, ele estendia o reino de Cristo (Veyne, 2010, p. 44).

De modo contrastante a expectativa de Constantino, de que explodiria e encabeçaria o Reino de Cristo na terra nos primeiros tempos, os cristãos mantinham uma expectativa viva de que Cristo retornaria em breve para estabelecer seu Reino, conforme descrito em passagens como Mateus 24:3, 2 Timóteo 4:18 e Apocalipse 20:4-6. Porém, com a morte dos apóstolos e o enfraquecimento da estrutura organizacional da Igreja, essa esperança foi gradualmente desvanecendo, até chegar ao dogma predominante no quarto século: o Reino já estava governando a terra por meio da Igreja que via na autoridade dos Bispos, destacando-se na História Eclesiástica os bispos de Alexandria, Antioquia, Jerusalém e Roma como autoridades primeiras da Igreja (Eusébio, 2014).

No final do século IV, com a ascensão de Agostinho de Hipona, a transição do cristianismo de um movimento marginal para uma religião oficial do Estado romano foi consolidada. Em sua obra *A Cidade de Deus*, Agostinho descreve a Igreja como o "reino de Cristo", deslocando a esperança escatológica de um Reino futuro na Terra para uma realização espiritual e atemporal na Igreja. Ele afirmou que o Reino de Deus já estava presente na Igreja, mudando a expectativa de um Reino físico e terreno para uma experiência espiritual e celestial (Agostinho, 2022).

Esse movimento culminou com a aliança entre Igreja e Estado, colocando como sustentáculo a figura do Bispo de Roma que ocorreu durante o reinado de Constantino, quando o cristianismo foi legalizado e, mais tarde, se tornou a religião oficial do Império Romano. Nas palavras de Eusébio de Cesareia (2014), um dos

pais da Igreja a vitória de Constantino como libertação para os cristãos:

Expurgada assim, realmente, toda tirania, o império que lhes correspondia reservava-se seguro e indiscutível somente para Constantino e seus filhos, os quais, depois de eliminar do mundo antes de tudo o ódio a Deus, conscientes dos bens que Deus lhes havia outorgado, tornaram manifesto seu amor à virtude, seu amor a Deus, sua piedade para com Deus e sua gratidão, mediante obras que realizavam publicamente à vista de todos os homens (Eusébio, 2014, p. 223).

A transição do cristianismo de uma fé perseguida para uma religião institucionalizada e controlada pelo Estado foi, portanto, um processo complexo e gradual, com uma combinação de fatores políticos, filosóficos e teológicos. Onde evidentemente uma estrutura hierarquizada fazia-se necessária para a manutenção do governo divino na terra.

3.3 O PÓS-MORTE E SUA CONSTRUÇÃO

A doutrina grega da imortalidade da alma também teve um papel importante nesse processo, pois ela sugeria que o destino dos cristãos não seria uma ressurreição corporal, mas sim uma salvação espiritual imediata após a morte, no "paraíso", que agora se acreditava estar no céu, não na Terra (Fyfe, 1890). Isso levou à gradual substituição da expectativa do Reino de Deus na Terra por uma visão do céu como o destino final dos salvos.

A questão do destino após a morte, ou o conceito de vida após a morte, sempre foi um tema central nas religiões e filosofias da Antiguidade. No contexto cristão, essa questão tomou uma forma especialmente significativa à medida que a Igreja primitiva começava a se organizar e a definir sua teologia. As doutrinas do Inferno como entenderam na tradição cristã ocidental, não tem um fundamento claro nas Escrituras, mas desenvolveu-se ao longo dos séculos, influenciada por concepções filosóficas e culturais presentes no mundo helênico-romano. A análise das alomorfias entre as representações do pós-morte na Bíblia, especialmente no *Codex Sinaiticus*, e a doutrina do Inferno adotada pela Igreja primitiva e consolidada nos concílios ecumênicos, revela um processo de adaptação, reelaboração e síntese de diferentes tradições religiosas e concepções filosóficas.

A visão do pós-morte na Bíblia, particularmente no Novo Testamento, é multifacetada e, por vezes, ambígua. No entanto, é possível identificar alguns

elementos comuns que desafiaram os primeiros teólogos cristãos a desenvolverem um entendimento mais sistemático sobre o destino da alma humana. Em textos como o Evangelho de Lucas, encontramos a parábola do rico e Lázaro, que descreve um cenário de separação entre os justos e os ímpios após a morte. No entanto, essa separação ocorre em um lugar chamado Hades, um termo que, na cultura grega, se referia ao reino dos mortos de forma geral, sem necessariamente implicar em punição eterna. Em Lucas 16:19-31, o rico, após sua morte, encontra-se em "grande agonia", enquanto Lázaro repousa ao lado de Abraão, em uma situação de consolo. Essa visão não implica, de forma clara, um julgamento final, mas antes sugere uma distinção entre os destinos dos justos e dos ímpios, com a ideia de um estado intermediário entre a vida e a ressurreição final.

Nos Evangelhos, como atestam os textos do *Codex Sinaiticus*, o conceito de Hades¹¹ aparece diversas vezes. Ao estudar os manuscritos disponíveis digitalmente no grego original e transliterados evidencia-se que em grego original não se faz presente o conceito de um "inferno eterno" como ele viria a ser entendido na tradição cristã posterior. Concluir-se ia após a leitura dos trechos do Codex e em diálogo com Fyfi (1890), que termo grego Geena, que é inúmeras vezes traduzido como "Inferno", é utilizado em algumas passagens, como em Mateus 5:22, 29 e 30, e refere-se a um vale localizado fora de Jerusalém, onde se realizavam sacrifícios e onde o fogo era constantemente aceso. A Geena, como mencionada nos Evangelhos, era um lugar de destruição e julgamento, mas a sua natureza não estava diretamente ligada à punição eterna dos ímpios, mas sim à destruição completa. No entanto, a ideia de "fogo eterno" é gradualmente incorporada à tradição cristã à medida que os dogmas sobre a natureza da punição pós-morte se consolidam.

É no contexto dos primeiros concílios ecumênicos, especialmente após o Concílio de Nicéia (325 d.C.) e o Concílio de Constantinopla (381 d.C.), que a doutrina do Inferno começa a ser formalizada de forma mais explícita, alinhando-se com a tradição do fogo eterno, que se desenvolveria ao longo dos séculos. No entanto, mesmo esses concílios não tinham como objetivo principal tratar diretamente da questão do Inferno, mas estavam mais focados em afirmar a

¹¹ ᾠδης, ou, o Nades (heb. Sheol), o mundo subterrâneo como o lugar dos mortos Lc 16.23; personificado em Ap. 20.13s. Algumas versões traduzem por "inferno". Mt 11.23; 16.18; Lc 10.15; At. 2.27, 31; I Co 15.55 (morte); Ap. 1.18; 6.8 (Gingrich, 1984, p.12).

natureza divina de Cristo e em combater heresias cristológicas, como o arianismo. Contudo, as implicações dessas decisões dogmáticas sobre a natureza de Cristo e da Trindade tiveram repercussões significativas na forma como a Igreja tratou a questão do destino das almas após a morte.

A influência das concepções helênicas de uma vida após a morte e de punição eterna pode ser vista na forma como a Igreja primitiva gradualmente adotou a ideia de um Inferno de fogo eterno (Agostinho, 2005). Filosofias como o platonismo e o estoicismo, que permeavam a cultura greco-romana, possuíam visões bem desenvolvidas sobre a imortalidade da alma e sobre os tormentos do além, ideias que certamente influenciaram os primeiros pensadores cristãos. O filósofo grego Platão, em obras como *A República*, já sugeria a existência de um julgamento pós-morte, onde as almas seriam recompensadas ou punidas de acordo com suas ações na vida terrena, como mencionado pelo Filósofo no seguinte trecho:

Contava ele que, depois que saíra do corpo, a sua alma fizera caminho com muitas e haviam chegado a um lugar divino, no qual havia, na terra, duas aberturas contíguas uma à outra, e no céu, lá em cima, outras em frente a estas. No espaço entre elas, estavam sentados juízes que, depois de pronunciarem a sua sentença, mandavam os justos avançar para o caminho à direita, que subia para o céu, depois de lhes terem atado à frente a nota do seu julgamento; ao passo que, aos injustos, prescreviam que tomassem à esquerda e para baixo, levando também atrás a nota de tudo quanto haviam feito. Quando se aproximou, disseram-lhe que ele devia ser o mensageiro, junto dos homens, das coisas do além, e ordenaram-lhe que ouvisse e observasse tudo o que havia naquele lugar. Ora, ele viu que ali, por cada uma das aberturas do céu e da terra, saíam as almas, depois de terem sido submetidas ao julgamento, ao passo que, pelas restantes, por uma subiam as almas que vinham da terra, cheias de lixo e de pó, e por outra desciam as almas do céu, em estado de pureza. E as almas, à medida que chegavam, pareciam vir de uma longa travessia e regozijaram-se por irem para o prado acampar, como se fosse uma panegírico; as que se conheciam, cumprimentavam-se mutuamente, e as que vinham da terra faziam perguntas às outras sobre o que se passava no além, e as que vinham do céu, sobre o que sucedia na terra. Umas, a gemer e a chorar, recordavam quantos e quais sofrimentos haviam suportado e visto na sua viagem por baixo da terra, viagem essa que durava mil anos, ao passo que outras, as que vinham do céu, contavam as suas deliciosas experiências e visões de uma beleza indescritível. Referir todos os pormenores seria, ó Gláucon, tarefa para muito tempo. Mas o essencial, dizia ele, era o que seguia. Fossem quais fossem as injustiças cometidas e as pessoas prejudicadas, pagavam a pena de tudo isso sucessivamente, dez vezes por cada uma, quer dizer, uma vez em cada cem anos, sendo esta a duração da vida humana, a fim de pagarem, decuplicando-a, a pena do crime; por exemplo, quem fosse culpado da morte de muita gente, por ter traído Estados ou exércitos (Platão, 2005, p. 485,486).

Da mesma forma, o estoicismo acreditava em uma visão cósmica de justiça, onde as almas seriam purificadas por meio de fogo. Essa ideia de purificação por fogo, que aparece em Platão, foi absorvida de maneira ambígua pela Igreja primitiva,

que, ao invés de vê-la como uma purificação temporária, passou a interpretá-la como um castigo eterno para os ímpios.

O desenvolvimento da doutrina do lugar punitório para traidores, mentirosos e ladrões, entendido que já mostrar-se-ia presente na cultura helênica como descrita em Platão (2005), também pode ser analisado à luz da crescente institucionalização da Igreja e da sua estreita relação com o poder imperial. A ideia de um castigo eterno para os ímpios proporciona uma forte ferramenta de controle social e religioso e político, uma vez que ela reforçava a necessidade de obediência à Igreja e à autoridade imperial, enquanto enfatizava a seriedade da condenação divina. Nos primeiros séculos, a Igreja enfrentava uma variedade de heresias e dissidências internas, e a doutrina de um Inferno eterno tornar-se-ia uma maneira de delinear de forma definitiva a linha entre a verdade cristã e os ensinamentos considerados heréticos.

O contraste entre o que é apresentado nos Evangelhos e o desenvolvimento da doutrina do Inferno pode ser visto como um reflexo das transformações da Igreja primitiva, que passava de uma religião perseguida e marginalizada para uma instituição poderosa e estabelecida dentro do Império Romano. A transição da ideia de Hades e Geena como um estado intermediário ou um lugar de destruição para um Inferno eterno e punitivo reflete uma evolução na compreensão da justiça divina e do destino final da alma. Enquanto as Escrituras, especialmente no *Codex Sinaiticus*, indicam um quadro mais variado e menos detalhado sobre o pós-morte, a Igreja, à medida que se consolidava como a principal autoridade religiosa do Império, moldou essas ideias em doutrinas mais rígidas, com a finalidade de reforçar sua autoridade e seu controle sobre os fiéis.

A conclusão dessa trajetória de transformação da visão cristã sobre o pós-morte é a construção de um dogma do Inferno que, mesmo sendo um tema periférico nas discussões dos primeiros concílios, viria a se tornar central para a teologia cristã. O conceito de um Inferno eterno de tormento para os ímpios, em contraste com a visão mais plural e menos definida dos primeiros evangelhos, marca uma das maiores mudanças teológicas da cristandade primitiva, com implicações profundas para a prática religiosa e para a compreensão do relacionamento entre a humanidade e a divindade.

Essas alomorfias dogmáticas foram aceleradas pela crescente influência da Igreja institucional. Conforme o cristianismo se institucionalizou, a expectativa iminente do retorno de Cristo foi sendo substituída pela construção de uma estrutura hierárquica e a busca por estabilidade política e social. Eusébio de Cesareia, em sua História Eclesiástica, observa como os bispos e líderes da Igreja primitiva começaram a ajustar suas crenças para se adequar à realidade política do Império Romano, que começava a aceitar o cristianismo como uma religião oficial.

3.4 OS CONCÍLIOS E ÀS ALOMORFIAS DOUTRINÁRIAS DA TRINDADE

Outro exemplo de dogma em construção na igreja primitiva é a Trindade, um conceito que também foi amplamente influenciado por ideias pagãs. A noção de uma divindade composta por três entidades ou aspectos não era nova, sendo encontrada em religiões antigas como a egípcia, onde existia a tríade de Osíris, Ísis e Hórus, e nas religiões babilônicas. Com o tempo, a fórmula trinitária foi elaborada para descrever Deus como Pai, Filho e Espírito Santo, algo que foi formalizado no Concílio de Nicéia, em 325 d.C, embora já fosse defendido por figuras como Atanásio de Alexandria, que se destacou como um dos maiores defensores da ortodoxia trinitária tão debatida no Concílio de 325 d.C e de 381 d.C, como veremos a seguir.

O Concílio de Nicéia, realizado em 325 d.C, foi um marco importante na formalização de doutrinas que incorporaram elementos pagãos ao cristianismo. Este concílio, segundo Veyne (2010), convocado pelo imperador Constantino, teve como objetivo resolver disputas teológicas sobre a natureza de Cristo, particularmente a questão do arianismo, que negava a divindade plena de Jesus Cristo. No entanto, o que se destacou neste concílio foi a afirmação da doutrina da Trindade, que mais tarde se tornaria um dos pilares da fé cristã oficial:

A nova religião foi uma elaboração oral e coletiva, elaboração que exigiu várias gerações; seus criadores a criaram exaltando a figura mais que humana de seu Senhor e ilustrando ou deformando alguns de seus ensinamentos. Cada um agiu à sua maneira: Jesus era o Messias? Primeiro entre todas as criaturas? Não criado? Divino desde sempre, ou transformado em Filho de Deus por sua Ressurreição (São Paulo ensinará uma e outra doutrina)? Segundo os discípulos de São João, Jesus era o próprio Lógos de Deus, seu verbo personificado que era "um" Deus, na falta de ser Deus em pessoa. Para os numerosos leitores de Hermas, por volta de 140, Jesus não era senão o Espírito Santo revestido de um corpo humano.

Estava-se de acordo em um ponto: o Cristo, que tinha se apresentado a seus discípulos como o profeta do Fim dos Tempos, tem um papel cósmico; voltará breve sobre as nuvens para julgar os vivos e os mortos. Essas hesitações levaram a uma solução extrema e clara: Jesus era tão Deus quanto o próprio Deus, sem ser esse Deus em pessoa; o que conduzirá, no período que vai do ano 150 ao ano 250, a "numerar" a Trindade, o Deus uno em três pessoas, para substituí-lo. O Cristo não era mais um. "enviado especial" do Céu: na pessoa de Cristo, um Deus se fizera semelhante a nós, homens, para resgatar nossos pecados através de seu suplício e nos salvar (Veyne, 2010, p.92,93).

O bispo Atanásio de Alexandria desempenhou um papel crucial na defesa da ortodoxia trinitária, combatendo as heresias de Ário e de outros que negavam a plena divindade de Cristo. No entanto, a formulação da Trindade durante o Concílio de Nicéia não era apenas uma resposta a debates teológicos internos, mas também refletia uma adaptação do cristianismo às estruturas de poder do Império Romano, onde a ideia de uma divindade suprema e múltiplos aspectos divinos já era uma realidade cultural.

O Concílio de Constantinopla, realizado em 381 d.C., representa um dos momentos mais cruciais na história da Igreja Cristã, não apenas pela resolução de questões teológicas em aberto, mas também pelo impacto profundo e duradouro que teve sobre a estrutura e a doutrina da Igreja. Este concílio foi o segundo grande concílio ecumênico após o de Nicéia, realizado em 325 d.C., e tinha como principal objetivo consolidar a doutrina trinitária, essencial para a compreensão da natureza de Deus na tradição cristã, e resolver as disputas teológicas que ainda assolavam o Império Romano. Como narrado por Eusébio de Cesaréia (2014) a relação entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, foi profundamente debatida desde os primeiros séculos da cristandade, foi, de fato, a questão que ocupou o centro das discussões teológicas em Constantinopla.

Embora o Concílio de Nicéia tenha afirmado a divindade do Filho e rejeitado as proposições arianas, o Concílio de Constantinopla teve como tarefa primordial a definição da natureza e do papel do Espírito Santo dentro da Trindade. Naquele momento, ainda havia consideráveis divisões sobre a plena divindade do Espírito Santo. Alguns teólogos e líderes da Igreja, como os macedônios, defendiam a ideia de que o Espírito Santo não era plenamente divino, mas uma criação subordinada ao Pai e ao Filho. Este debate, refletia as complexas questões sobre a natureza do Espírito e sua relação com as outras duas pessoas da Trindade. A solução para essa controvérsia foi encontrada na formulação do Credo

Niceno-Constantinopolitano, que foi aprovado no concílio e que reafirmava que o Espírito Santo era "Senhor e vivificador" e "procede do Pai", sendo, portanto, de mesma substância (*homoousios*) que o Pai e o Filho. Essa decisão não apenas confirmou a divindade do Espírito, mas também estabeleceu de maneira firme a Trindade como uma realidade teológica: um Deus em três pessoas consubstanciais e coeternas (Veyne, 2010).

Esse ponto de inflexão teológica teve uma enorme importância para a Igreja cristã primitiva. Ao resolver as controvérsias sobre a natureza do Espírito Santo, o Concílio de Constantinopla consolidou um entendimento trinitário que perdurou por séculos, reforçando a unidade de Deus em três hipóteses sem confusão entre elas. Todavia, a questão da natureza do Espírito Santo foi apenas uma das várias disputas que o concílio procurou resolver. As controvérsias em torno da natureza de Cristo, que já haviam sido abordadas no Concílio de Nicéia, continuaram a gerar dissensões. Em particular, a heresia apolinarista, que afirmava que Cristo não possuía uma alma humana, mas apenas a natureza divina, ainda persistia. Essa doutrina foi rejeitada de forma enfática em Constantinopla, com a reafirmação de que Cristo era plenamente humano e plenamente divino, com duas naturezas distintas e inseparáveis, uma posição que foi fundamental para a consolidação da cristologia ortodoxa.

Nesse contexto, o Concílio de Constantinopla desempenhou também um papel central na unificação da Igreja sob a ortodoxia cristã. O crescente número de divisões dentro da Igreja, alimentadas tanto por heresias como por disputas de poder, exigia uma instância de autoridade capaz de resolver esses conflitos. A imposição de uma única doutrina trinitária e a rejeição das heresias que ameaçavam fragmentar a cristandade ajudaram a Igreja a solidificar sua autoridade, ao mesmo tempo que estabeleciam uma linha doutrinária que era esperada para ser seguida por todos os cristãos. Isso não só consolidou a centralidade da ortodoxia, mas também fortaleceu a posição da Igreja como um elemento integrador do império, alinhando sua doutrina com os interesses políticos de uma Roma cristianizada. Assim, o concílio contribuiu para a ascensão do cristianismo como religião oficial do Império Romano, reforçando a ideia de que a Igreja e o Estado deveriam caminhar lado a lado, com a Igreja não apenas como uma instituição religiosa, mas como uma força que sustentava a ordem política e moral do império (Veyne, 2010).

Além de suas implicações doutrinárias, o Concílio de Constantinopla teve também efeitos significativos sobre a estrutura e o poder eclesiástico. A cidade de Constantinopla, que já se destacava como a capital do império, viu sua importância religiosa também crescer com o concílio. Embora o Papa em Roma continuasse a ser reconhecido como o primado da Igreja, Constantinopla foi elevada à condição de "segunda Roma" e, como tal, o Patriarca de Constantinopla passou a ter um *status* elevado, refletindo a centralidade política e espiritual da cidade. De acordo com Veyne (2010), isso resultou em uma reconfiguração do mapa eclesiástico, no qual a Igreja se tornaria cada vez mais alinhada com as estruturas do império, sendo a autoridade eclesiástica exercida de forma hierárquica, com o imperador, em muitos casos, assumindo um papel de mediador entre as questões políticas e religiosas.

A decisão de formalizar o Credo Niceno, ampliando-o no contexto de Constantinopla, também teve repercussões duradouras sobre a prática litúrgica e a identidade cristã. O Credo, que passou a ser recitado nas liturgias, não só fixava as crenças centrais da Igreja, como também se tornava uma ferramenta de união entre as diversas comunidades cristãs espalhadas pelo império. A centralidade do credo na vida litúrgica refletia a unificação religiosa promovida pelo concílio, garantindo que todos os fiéis estivessem em consonância com os dogmas estabelecidos. Ao reforçar a ortodoxia, o concílio não só estabeleceu um ponto de convergência teológica, mas também fortaleceu o poder da Igreja enquanto instituição, cuja autoridade doutrinária e prática passou a ser sustentada tanto pela fé quanto pelo apoio político imperial.

Além disso, as decisões foram fundamentais para a transformação da Igreja em uma instituição autoritária. A centralização do poder nas mãos dos bispos e a subsequente fusão entre a hierarquia eclesiástica e o poder imperial resultaram em uma Igreja que passou a exercer um controle rígido sobre as crenças e práticas dos cristãos, afastando-se, progressivamente, dos ideais simples e comunitários do cristianismo primitivo. A Igreja, agora firmemente estabelecida no império, se tornaria uma força política significativa, com sua autoridade moldando não apenas os destinos espirituais, mas também os aspectos sociais e políticos do Império Romano.

Portanto, o Concílio de Constantinopla representou uma verdadeira

transformação tanto para a Igreja quanto para o Império Romano. As suas decisões teológicas consolidaram a doutrina da Trindade, reforçaram a posição do cristianismo como religião imperial e estabeleceram a Igreja como uma instituição central no governo do império. O concílio não apenas solucionou questões dogmáticas, mas também promoveu a criação de uma Igreja que se tornaria cada vez mais vinculada ao Estado e à autoridade imperial, inaugurando uma nova era na história do cristianismo. As consequências dessas decisões reverberaram ao longo dos séculos, moldando a trajetória da Igreja Cristã e sua relação com o poder político até os tempos modernos.

3.5 OS CONCÍLIOS E ÀS ALOMORFIAS DOUTRINÁRIAS DO MARIANISMO

O Concílio de Éfeso, em 431 d.C., foi um evento crucial na história da Igreja Cristã, e o último abordado na pesquisa não apenas por sua contribuição à definição da natureza de Cristo, mas também por sua centralidade na questão do culto à Virgem Maria. Este culto, que viria a se expandir enormemente ao longo dos séculos, foi formalmente consolidado em Éfeso, onde os bispos se reuniram para afirmar, de maneira dogmática, a doutrina de Maria como Theotokos, ou seja, "Mãe de Deus". A decisão de exaltar Maria dessa forma, contudo, não ocorreu sem controvérsias. A forma como os bispos de Éfeso defenderam a virgindade perpétua de Maria, associando-a à ideia de sua santidade e pureza, gera questões teológicas e históricas que precisam ser problematizadas (Campos, 1987).

Em Éfeso, a posição que prevaleceu foi a de que Maria, enquanto mãe de Jesus, deveria ser vista como uma figura imaculada e absolutamente pura. A proposta de Teófilo de Alexandria e de outros teólogos do concílio foi a de que, por ser a mãe de Deus encarnado, Maria deveria ser entendida não apenas como mãe do Cristo humano, mas como "Mãe de Deus", reforçando sua importância na teologia cristã. A virgindade de Maria, por sua vez, foi defendida com veemência, sendo apresentada como um elemento essencial de sua santidade. A ideia de que Maria deveria permanecer virgem durante toda a sua vida, mesmo após o nascimento de Jesus, foi um ponto central na argumentação dos bispos. Maria, portanto, não só gerou o Filho de Deus, mas permaneceu virgem como um símbolo de pureza espiritual e corporal (Orígenes 2004).

Entretanto, a adoção da virgindade perpétua de Maria, uma doutrina que se tornaria um dos pilares do culto mariano na Igreja Católica, levanta questões em relação à própria narrativa bíblica. Os Evangelhos, especialmente os de Mateus e Marcos, falam diretamente sobre os "irmãos" de Jesus, algo que parece contradizer a ideia de uma virgindade perpétua. Em Mateus 13:55 e Marcos 6:3, são mencionados os nomes de Tiago, José, Simão e Judas como irmãos de Jesus, além de se referirem a ele como filho de Maria. A explicação teológica oferecida pelos defensores da virgindade perpétua de Maria foi que essas referências aos "irmãos" de Jesus não seriam, na verdade, filhos biológicos de Maria, mas sim parentes ou filhos de José de um casamento anterior, ou ainda, uma expressão metafórica que se referiria a outros discípulos de Jesus. Contudo, essa interpretação contrasta com a leitura mais literal dos textos evangélicos, o que coloca em questão as bases dessa doutrina, não distante do repertório cultural do Império Romano:

A defesa da virgindade perpétua de Maria também pode ser analisada à luz de um contexto cultural mais amplo. O culto à virgindade e à pureza feminina não era uma característica exclusivamente cristã, mas estava presente nas tradições religiosas do mundo greco-romano. Como destacado por representações de Maria por filocristãos nos séculos III e IV. Apesar de Maria não ter sido, oficialmente, uma deidade cristã, alguns documentos tendem a considerá-la com o poder e com a autoridade de uma divindade (Campo, 1987, p. 19,20).

Finda-se em concluir que o cristianismo, como expressão religiosa concebida no Império Romano, não ficou isento de contatos culturais que alteraram, em certa medida, sua teologia e suas formas de devoção. Em nosso estudo de caso, constatamos que muitos dos atributos das deusas-mães e virgens gregas, romanas e orientais foi converter-se-iam em um culto díspar do cristianismo dos evangelhos.

A figura da virgem em diversas religiões do Oriente Médio e do mundo helênico, como Ártemis, Atena, e Héstita, que eram deusas associadas à virgindade e à pureza, tinha grande destaque nas culturas da Antiguidade. Essas deusas eram vistas como modelos de perfeição e de força espiritual, representando a ideia de uma feminilidade sem corrupção. A questão que se coloca, portanto, é se a adoção da virgindade perpétua de Maria e o subsequente culto a Maria estavam, de alguma forma, relacionados a essas figuras divinas da mitologia grega. A associação de Maria com a pureza e a virgindade poderia ter sido, assim, uma forma de integrar o cristianismo ao imaginário religioso e cultural do império, algo que seria particularmente atraente para as populações helenísticas e para as classes

superiores do império romano, que já veneravam as deusas virgens do panteão grego.

Além disso, o culto mariano pode ter sido uma forma de afirmar, dentro do cristianismo, a importância e a sacralidade da mulher, algo que estava em consonância com a crescente valorização das figuras femininas na sociedade romana. Para Valente (2021) é outra evidência de que a fé cristã desvelar-se-ia ao máximo em absorver e adaptar-se às relações de gênero presentes na sociedade Romana:

A submissão ao pater familias ou ao esposo, portanto, o conjunto de valores propostos pelo cristianismo para as mulheres mostra a estreita relação entre cristãos e pagãos, o que favoreceu a integração do cristianismo nas estruturas sociais e ideológicas do Baixo Império.

No entanto, havia um modelo a ser seguido por essas devotas, o exemplo de mulher bíblica passou a ser Maria, o exemplo de Eva foi superado por Maria, a mãe de Deus, que concebeu virgem, e esse era o status mais importante, o celibato, a contenção sexual [...] (Valente, 2021, p.76)

No entanto, essa exaltação de Maria, enquanto virgem e mãe de Deus, também gerava uma tensão entre a figura materna e a sexualidade feminina, criando uma polarização entre a virgindade idealizada e as práticas e papéis mais comuns das mulheres no império. O culto mariano, portanto, reflete tanto a sacralização da mulher como a necessidade de moldá-la segundo os ideais de pureza, que estavam profundamente enraizados na mentalidade religiosa da época.

Esse processo de elevação de Maria também pode ser visto como uma tentativa de centralizar e unificar o culto cristão em torno de uma figura feminina, em um momento em que o cristianismo estava se afirmando como a religião dominante no império romano. Como destaca Campos (1987) a virgindade de Maria, assim, poderia ser uma resposta a um contexto religioso onde outras religiões do império, como o culto a Ísis, uma deusa egípcia venerada por sua pureza e maternidade, estavam em ascensão. Uma das regiões com mais monges e clérigos que se dedicavam ao estudo de Maria, estava propriamente no Egito. A figura de Maria, com sua virgindade perpétua e seu papel de mãe divina, estabeleceu uma continuidade simbólica entre o cristianismo e essas outras formas de culto, ao mesmo tempo em que se afastava do culto pagão por sua afirmação única da maternidade divina associada à encarnação do Cristo.

A discussão sobre a virgindade perpétua de Maria no Concílio de Éfeso também precisa ser compreendida à luz da sociologia religiosa da época. O culto a Maria, especialmente após o concílio, passou a ser uma das formas de afirmação da identidade cristã diante das outras tradições religiosas do império, refletindo um movimento de adaptação e assimilação, onde a Igreja buscava não apenas definir a teologia cristã, mas também atrair e integrar elementos da cultura religiosa dominante. A partir de Ariés e Duby (1989) que descrevem os comportamentos e as crenças da sociedade romana, podemos entender como os rituais e as práticas marianas adquiriram uma função importante na configuração da vida cotidiana dos cristãos. A sacralização da virgindade e o culto a Maria, dentro desse quadro cultural, se alinham com a busca por figuras exemplares de pureza e moralidade, refletindo uma tensão entre a vida espiritual idealizada e as demandas da vida cotidiana na Roma imperial.

A escolha de Éfeso como o local para a resolução dessa questão teológica também é relevante. Éfeso, uma das cidades mais importantes do Império Romano, era um centro de culto à deusa Ártemis, a virgem caçadora que, como outras deusas gregas, era associada à fertilidade, à pureza e à proteção das mulheres. O fato de a Igreja ter escolhido essa cidade, com sua tradição religiosa tão marcada pela adoração de uma deusa virgem, não é apenas uma coincidência histórica. Ao afirmar a virgindade perpétua de Maria em Éfeso, a Igreja estava, de alguma forma, reintegrando a tradição religiosa local no contexto cristão, apresentando Maria como uma nova figura feminina divina, que poderia substituir as antigas divindades pagãs. Isso, por um lado, ajudava a cristianizar a região e, por outro, procurava garantir que o cristianismo tivesse apelo entre os habitantes das áreas onde o culto às deusas virgens era prevalente.

Em suma, o culto a Maria, consolidado no Concílio de Éfeso, representa uma interseção complexa entre a teologia cristã, as tensões bíblicas, e as tradições religiosas pagãs da Antiguidade. A virgindade perpétua de Maria, embora defendida com firmeza pelos bispos, encontra uma resistência nas próprias escrituras, que falam de "irmãos" de Jesus, e está profundamente enraizada em um contexto cultural onde a virgindade e a pureza eram ideais amplamente valorizados. A relação entre o culto mariano e as deusas virgens do panteão grego não pode ser ignorada, pois é evidente que a Igreja, ao estabelecer Maria como uma figura central de

adoração, procurava tanto afirmar a singularidade da maternidade divina de Cristo quanto responder às necessidades espirituais de um império romano repleto de cultos a figuras femininas divinas e imaculadas.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos as nuances das alomorfias do cristianismo primitivo, considerando a complexa interação entre influências culturais, filosóficas e religiosas que foram cruciais em sua evolução, desde o decesso de Jesus até o Concílio de Éfeso. Observamos que o cristianismo não se consolidou como uma religião isolada e imutável; ao contrário, absorveu elementos significativos do helenismo, tradições romanas e valores de várias culturas, moldando-se para coexistir com o tecido sociocultural do vasto e plural Império Romano. Como todo fenômeno humano, o cristianismo foi um produto do seu contexto geográfico e temporal, uma fé que, em sua formação, não poderia ignorar as demandas e influências da sociedade em que existia. Esse processo de assimilação e adaptação foi, portanto, fulcral para a sua transição de uma religião perseguida e marginalizada para a posição de fé oficial e estruturante de um império tão abrangente e multicultural.

A análise dos relatos documentais do Novo Testamento, registrados no *Codex Sinaiticus* e dos principais eventos históricos, como os Concílios de Nicéia, Constantinopla e Éfeso, além dos editos imperiais, revela que a expansão e oficialização do cristianismo não se deram por um mero fluxo espontâneo, mas por meio de adaptações estratégicas, tanto nos dogmas quanto nas práticas. Essas transformações visavam estabelecer coesão e aceitabilidade em uma sociedade plural, permeada por diferentes filosofias e crenças. Esse fenômeno é evidente ao compararmos os escritos originais dos discípulos de Jesus com as doutrinas e dogmas posteriormente institucionalizados pela Igreja Católica Apostólica Romana, que incorporou elementos neoplatônicos, helenísticos e romanos para criar uma religião que fosse capaz de unificar e direcionar moralmente os povos do Império Romano a uma autoridade estatal apoiada pelos líderes da Igreja.

Portanto, esta pesquisa contribui para um entendimento mais profundo de como uma religião de origem judaica, sustentada pela expectativa messiânica e enraizada na cultura do Oriente Próximo, transformou-se em uma força unificadora e estruturante para o Ocidente. O cristianismo adquiriu elementos culturais e religiosos que lhe garantiram uma identidade própria, enquanto se integrava ao sistema imperial e, simultaneamente, preservava a mensagem central de seus fundadores. Essa trajetória instiga uma reflexão sobre como tradições e crenças religiosas

evoluem em resposta às demandas dos contextos sociais específicos em que estão inseridas, evidenciando que a história do cristianismo é marcada por sua capacidade de adaptação e resiliência diante das mudanças históricas e sociais.

Por fim, ao refletirmos sobre as mudanças do cristianismo primitivo e seu desenvolvimento, é necessário reconhecer que o substrato das tradições helênicas e romanas permanece enraizado nas práticas religiosas contemporâneas. A religiosidade brasileira, em especial, oferece um retrato singular de como essas influências pagãs foram, ao longo dos séculos, amalgamadas à fé cristã, que se enraizou profundamente na cultura nacional. Essa espiritualidade multifacetada, presente em festividades, devoções e na ética social, reflete a fusão de tradições politeístas e monoteístas que chegaram ao Brasil, onde práticas como o sincretismo religioso foram sendo naturalizadas. Ao observar a espiritualidade e os costumes religiosos de muitos brasileiros, é perceptível que essa fusão de influências culturais, mesmo desconhecidas por parcela das pessoas, continua viva.

Estudar esses processos históricos e suas repercussões atualmente destaca a importância de compreendermos as origens de nossas tradições para valorizarmos a diversidade cultural e religiosa que compõe o mundo contemporâneo. O cristianismo, em sua longa trajetória, revela-se não apenas uma religião, mas um fenômeno cultural e histórico capaz de adaptar-se e renovar-se continuamente.

REFERÊNCIAS

CODEX SINAITICUS. **Codex Sinaiticus Online**. [S.l.]: British Library, Leipzig University Library, St Catherine's Monastery, National Library of Russia, [s.d.].

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução: Souza Campos, E. L. de. Niterói: Valdemar Teodoro Editor, 2022.

ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2022.

BURKE, Peter. **Varieties of Cultural History**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BURKE, Peter. **What is Cultural History?** 2. ed. Cambridge: Polity, 2008.

CAMPOS, Ludimila Caliman. **Da catacumba à basílica: hibridismo cultural, domesticação do sagrado e conflito religioso no contexto de emergência do marianismo (séc. III-V)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

COMBY, J. **Para ler a história da igreja: das origens ao séc XV**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CESAREIA, Eusebio de. **História eclesiástica**. Rio de Janeiro: CPAD – Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014.

SOUZA NOGUEIRA, Paulo Augusto de. **O cristianismo primitivo como objeto da história cultural: delimitações, conceitos de análise e roteiros de pesquisa**. *Antíteses*, v. 8, n. 16, p. 31-49, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

EHRMAN, Bart D. **Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why**. 1. ed. Nova Iorque: HarperCollins Publishers Inc, 2005.

FYFE, James. **The Hereafter: Sheol, Hades and Hell, the World to Come, and the Scripture Doctrine of Retribution According to Law**. Literature of theology and church history: A basic library of British theological studies. Edinburgh: T. & T. Clark,

1890.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GHIO, Eloi Angelos. **Desenvolvimento histórico do cristianismo, catolicismo no Brasil e ensino religioso em um estado laico**. Vitória: UNIDA – Faculdade Unida de Vitória, 2015.

GINGRICH, F. Wilbur. **Léxico do Novo Testamento Grego / Português**. Revisado por Frederick W. Danker. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. São Paulo: SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA, 1984.

HAMMAN, A. G. **A vida cotidiana dos primeiros cristãos**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSIGHT **on the scriptures**. 1. ed. Brooklyn: Watchtower Bible and Tract Society of New York, 1990. 850 p. v. 1.

IZIDORO, José Luiz. **Didaché: doutrinas dos doze apóstolos**. *Oracula*, São Bernardo do Campo, v. 3, n. 6, p. 90-113, 2007.

JUSTINO DE ROMA. **I e II Apologias; Diálogo com Trifão**. Coleção Patrística. Introdução e Notas Explicativas: Roque Frangiotti. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 2016.

LANGE, Nicholas Robert Michael de. **Atlas of the Jewish World**. Cambridge: Harvard University Press, 2000. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Atlas_of_the_Jewish_World.html?id=owUIAQAAMAAJ. Acesso em: 15 jul. 2022.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos**. *Religião & Sociedade*, v. 35, p. 45-72, 2015.

MATTISON, Mark M. **The Infancy Gospel of James**. Oxford: Clarendon Press, 1924. Disponível em: https://www.academia.edu/37472926/The_Infancy_Gospel_of_James_A_Public_Do

main_Translation. Acesso em: 6 nov. 2023.

MEIER, John P. **A Marginal Jew: Rethinking the Historical Jesus**. 1ª ed. New Haven: Yale University Press, 2009. 1942 p.

NOGUEIRA, Paulo A. S. **Narrativa e cultura popular no cristianismo primitivo**. São Paulo: Paulus, 2018.

PLATÃO. **A República**. Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

SCHÜRER, Emil. **A history of the Jewish people in the time of Jesus Christ**. Edinburgh: T. & T. Clark, 1890. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofjewishp01sch/page/26/mode/2up>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SINGER, Isidore. **The Jewish encyclopedia: a descriptive record of the history, religion, literature, and customs of the Jewish people from the earliest times to the present day**. 12. ed. New York: Funk & Wagnalls, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/jewishencyclop08sing/page/508/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOARES, Caroline da Silva. **O conflito entre o paganismo, o judaísmo e o cristianismo no principado: um estudo a partir do Contra Celso, de Orígenes**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

VALENTE, Cynthia Maria. **O papel da mulher no desenvolvimento do Cristianismo: o exemplo de Egéria e as Peregrinas Cristãs do século IV**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

VEYNE, Paul. **Quando o nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VEYNE, Paul (Org.). **Do Império Romano ao ano mil**. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada**. v. 1. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WATCH TOWER BIBLE AND TRACT SOCIETY OF NEW YORK. **New World Translation of the Holy Scriptures: brazilian edition**. 2. ed. New York: Watch Tower Bible And Tract Society Of New York, 1992.

WELLS, H. G. **História Universal**. Tradução por Anísio Teixeira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. v. 3.